

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDMARA VIEIRA GOMES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS:
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA LUZIA
(2013)**

JARDIM-MS
2013

EDMARA VIERA GOMES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS:
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA LUZIA
(2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação da Professora: MSc. Gezeli Eberhard.

JARDIM-MS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS – Jardim

GOMES, E. V.

A produção do espaço urbano de Jardim-MS: Aspectos socioespaciais do bairro Santa Luzia (2013) / Edmara Vieira Gomes – Jardim [s.n], 2013.
88 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard

1. Urbanização 2. Capitalismo 3. Espaço Urbano 4. Bairro 5. Lugar.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Edmara Vieira Gomes

TERMO DE APROVAÇÃO

EDMARA VIEIRA GOMES

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS: ASPECTOS
SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA LUZIA (2013)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof. Msc. Gezeli Eberhard

Professora do Curso de Geografia, UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof. Msc. Elvis dos Santos Mattos

Professor do Curso de Geografia, UEMS – Jardim

Examinador 2: Prof. Dr. Airton Aredes

Professor do Curso de Geografia, UEMS – Campo Grande

Jardim, 22 de Novembro de 2013.

DEDICATÓRIA

A Deus, companheiro de todos os momentos.
E aos meus filhos, Geovanna e George.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda força, sabedoria e discernimento que me concedeu, para chegar até aqui e terminar esta fase tão importante para mim.

Aos entrevistados, que dedicaram um pouco do seu tempo para que eu pudesse realizar esta análise, sem eles a realização esta pesquisa não seria possível.

As pessoas que concederam entrevistas, sujeitos do processo de estudo, que se dispusera a contribuir com riquezas de detalhes, ao senhor Carlos, dona Maria, dona Jacinta, dona Romilda, em especial a dona Ivanilda, moradora do bairro desde o loteamento, a agradeço pela disposição em relatar a história do início do loteamento do bairro e, portanto a sua história de como a vida foi difícil.

A Katiane Gonzaga, moradora do bairro que se dispôs ir comigo a cada residência para que eu pudesse aplicar os questionários.

Ao Eduardo, ex-funcionário da imobiliária Miragem pelas informações e fornecimento de documento do loteamento do bairro Santa Luzia.

Ao Igor Ronyel Paredes Gomes, pela contribuição, consolidação cartográfica e formatação, a quem gostaria de externar o reconhecimento e meus sinceros agradecimentos.

Ao Fabricio Paredes Gomes, companheiro diário, que compartilha o alimento, o amor e a Geografia.

Ao Hudson, pelas sugestões valiosas.

Aos professores que foram uma lição de vida durante esses quatro anos de convívio na universidade: Elvis dos Santos Matos, Gezeli Eberhard, Ana Maria Soares de Oliveira, Marilete Osmari, Eva Faustino, Sandra Cristina, Claudia Américo, Patricia Gressler e ao professor Matias Belido pelo pouco tempo, mas que deixou grande contribuição.

Em especial, a minha orientadora Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard, pela competência e paciência com que me orientou.

EPÍGRAFE

[...] a cidade é, antes de mais nada, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o “construído” (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o “não construído” (o natural) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias. A paisagem traz as marcas de momentos históricos diferentes produzidos pela articulação entre o novo e o velho. O acesso à cidade é mediado por mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra.

(Ana Fani Alessandri Carlos)

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS: ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA LUZIA (2013)

RESUMO

O presente estudo visou analisar o bairro Santa Luzia, pertencente a uma cidade, localizada na região de planejamento Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, Jardim-MS. Para tal, perpetrarmos a uma caracterização do processo de urbanização nas diversas fases do capitalismo, visando compreender a origem e evolução das cidades, o que nos leva ao entendimento de sua lógica de organização atual. De posse desta análise, ponderamos à lógica de produção do espaço urbano, processo constituído pelo homem com a natureza durante uma série de gerações, resultando na cidade contemporânea. A cidade como um conjunto de diferenciados usos, pelos agentes produtores do espaço (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e agentes sociais excluídos), revela-se no plano do imediato na paisagem urbana. Através desta, podemos apreender a diferenciação socioespacial do urbano, na diferenciação das casas, ruas, bairros. Como uma parcela deste espaço (urbano) o bairro se revela como lugar de vivência das práticas cotidianas. Foram as características do bairro Santa Luzia localizado na periferia urbana de Jardim-MS, com um padrão simples de casas, com baixo valor imobiliário em comparação a outros bairros da cidade, com suas ruas de terra, próximo ao cemitério municipal de Jardim, distante dos serviços de uso coletivo, que nos levou a produzir este texto.

Palavras-chave: urbanização; capitalismo; espaço urbano; bairro; lugar.

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE JARDIM-MS: SOCIOESPATIAL ASPECTS OF NEIGHBORHOOD SANTA LUZIA (2013)

ABSTRACT

This study aims to analyze the neighborhood of Santa Luzia, belonging to a city located in the Southwest planning of Mato Grosso do Sul, Jardim-MS. To this end, we propose a characterization of the process of urbanization in various stages of capitalism, to understand the origin of cities, which leads us to the understanding of its logic current organization. Possession of this analysis, we will pass the logic of urban space production, process constituted by man with nature during a series of generations, resulting in the contemporary city. The city as a set of different uses of space by producing agents (owners of the means of production, land owners, developers, state and social actors excluded) , revealed the plan in the immediate urban landscape Through this we can grasp the sociospatial differentiation of urban differentiation of houses, streets , neighborhoods . As a portion of this space (urban) the neighborhood is revealed as a place of living of everyday practices. Were the characteristics of the neighborhood Santa Luzia located in the urban periphery of Jardim-MS with a simple pattern of houses with low property value compared to other neighborhoods in the city, with its dirt streets, near the municipal cemetery of Jardim, far from services of collective use, which attracted us to produce this text.

Keywords: urbanization, capitalism, urban space, neighborhood, place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul.....	41
Figura 2 – Mapa da região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.....	42
Figura 3 – Vista panorâmica da cidade de Jardim-MS, destacando a bifurcação das BR-267 (à esquerda) e 0-60 (à direita).....	44
Figura 4 – Rua Santa Terezinha umas das vias de acesso para o bairro Santa Luzia.....	52
Figura 5 – Casa localizada na rua Santa Terezinha.....	53
Figura 6 – Casa localizada na rua Santa Bárbara	53
Figura 7 – Casa localizada na rua São João.....	54
Figura 8 – Casa localizada na rua São Benedito.....	54
Figura 9 – Escalas do interior da cidade.....	57
Figura 10 – Delimitação do Bairro Santa Luzia.....	59
Figura 11 – Processo de ocupação urbana segundo o Plano o Diretor de Jardim.....	61
Figura 12 – Mapa da história de ocupação (loteamentos implantados) no perímetro urbano de Jardim-MS (1946-2010). Em realce o Bairro Santa Luzia.....	63
Figura 13 – Gráfico demonstrando tempo de moradia no bairro.....	66
Figura 14 – Gráfico demonstrando se gostam de morar no bairro.....	67
Figura 15 – Gráfico demonstrando a renda por domicílio.....	69
Figura 16 – Gráfico demonstrando o nível de escolaridade.....	70
Figura 17 – Gráfico demonstrando meios de transportes utilizados.....	71
Figura 18 – Mapa da infraestrutura no espaço urbano de Jardim-MS.....	72

LISTA DE SIGLAS

CAI – Complexo Agroindustrial

C.E.R-3 – Comissão de Estradas e Rodagem nº 3

COHAB – Companhia de Habitação de Mato Grosso do Sul

ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MS – Mato Grosso do Sul

OM – Organizações Militar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDP – Plano Diretor Participativo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PREVISUL – Instituto de Previdência do Mato Grosso do Sul

SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO.....	16
1.1 O processo de urbanização pré-capitalista.....	16
1.2 A urbanização sob o modo de produção capitalista e as primeiras indústrias.....	20
1.3 A urbanização durante o capitalismo monopolista.....	26
CAPÍTULO II: DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA À PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS.....	28
2.1 A urbanização brasileira antes da indústria	28
2.2 A urbanização brasileira depois da indústria.....	32
2.3 Características da urbanização brasileira.....	34
2.4 Produção do espaço Regional Sul Matogrossense.....	35
2.5 A produção do espaço urbano da cidade de Jardim-MS.....	42
2.6 Caracterização do município de Jardim-MS.....	45
CAPÍTULO III: O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	46
3.1 Considerações sobre o espaço urbano.....	46
3.2 A produção desigual no/do espaço urbano.....	53
3.3 Considerações sobre o conceito de “Bairro”.....	55
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO BAIRRO SANTA LUZIA NA CIDADE DE JARDIM-MS.....	61
4.1 Diagnóstico socioeconômico do bairro Santa Luzia.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICE	81
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

A cidade produto da relação do homem, mediados pela técnica, com a natureza durante uma série de gerações, se revela ao plano do imediato na paisagem urbana. Esta paisagem apresenta um conteúdo social que ocasionou sua configuração, materialidade e forma, que são também, condições para o uso do espaço urbano.

A paisagem urbana da cidade revela além das materialidades, as contradições de classe (CARLOS, 2011). Assim notamos as diferenças entre o Centro da cidade, com sua concentração de comércios e casas de alto padrão – como é o caso de Jardim-MS –, e a periferia de terra, onde o padrão das casas não esconde as condições econômicas dos que ali habitam.

Na paisagem urbana de Jardim-MS não é difícil notar estes contrastes. Temos que atentar para o fato de que a paisagem contém um conteúdo social que se revela ao olhar mais atento. Assim sendo, ao nos voltar para a área central da cidade, percebemos que os agentes produtores do espaço, que ali depreendem suas relações, são aqueles segmentos sociais com maior poder aquisitivo, adquirindo por sua vez, um imóvel bem localizado – em uma área da cidade onde o preço da terra urbana é valorizado, e com uma arquitetura admirável. Notamos o oposto nos bairros menos favorecidos da cidade.

Convém ressaltar que o conteúdo social da paisagem revela-se também nas relações cotidianas do bairro, no transitar por lugares da cidade, ao ir para o trabalho, ou ao fazer compras no mercado. As relações cotidianas estabelecidas sobre as materialidades da cidade (paisagem) um conceito geográfico se aplica melhor: o lugar. Por meio deste conceito alicerçamos este trabalho, que tem por objetivo analisar um bairro da cidade Jardim-MS. Nosso objeto de estudo denomina-se Bairro Santa Luzia, e chama a atenção pela simplicidade de seus moradores, na humildade da arquitetura das edificações que ali se encontram, na distância dos serviços de uso coletivo, e pela proximidade com o cemitério municipal de Jardim-MS.

Para análise e exposição de nossa temática, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. O primeiro “Considerações sobre a história da urbanização” pretende fazer uma caracterização do processo de urbanização sob as diferentes fases do capitalismo, baseando-nos na análise do livro da geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito “*Capitalismo e Urbanização*”. Nesta parte do texto, faremos um resgate histórico que abordará a origem das primeiras cidades, com a fixação do homem em algum lugar e a divisão social do trabalho, na fase pré-capitalista de produção; sob o modo de produção capitalista, discorreremos sobre o

processo de organização das cidades, baseadas no comércio, passando pela ascensão da burguesia, possibilitando o surgimento das indústrias; na fase do capitalismo industrial, expomos o processo de urbanização, na vinda do homem dos feudos para as cidades empregar sua mão-de-obra nas indústrias.

Com base nessas temáticas entenderemos os processos que deram origem as primeiras cidades e sua urbanização, para assim, podermos passar as considerações sobre os processos de urbanização no Brasil. No Capítulo II “Do processo de urbanização Brasileira à produção do espaço urbano de Jardim-MS” trataremos sobre as fases de urbanização brasileira: primeiramente a origem e evolução das cidades antes da indústria, baseadas nos ciclos de exploração; uma segunda fase diz respeito à industrialização brasileira, e o conseqüente êxodo do campo para, principalmente, as cidades da região Sudeste; a modernização do campo e a inserção do Centro-Oeste brasileiro numa agropecuária de exportação marcam outra fase de urbanização no país; na última parte deste capítulo fizemos um resgate histórico sobre a produção do espaço urbano de Jardim-MS, baseando-nos nos processos de urbanização expostos anteriormente.

No terceiro, “O papel dos agentes sociais na produção do espaço urbano”, concentrar-nos-emos no nosso objeto de estudo, dando ênfase ao processo de produção do espaço urbano, onde uma série de agentes sociais atua conforme seus interesses. Para tal, utilizamo-nos dos escritos de Roberto Lobato Corrêa “*O espaço urbano*” e de Ana Fani Alessandri Carlos “*A cidade*”. De acordo com Corrêa (2004, p.13) “[...] no estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industriais, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente [...]”, em conjuntos esses agentes sociais, sobretudo, os proprietários de meio de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado “[...] compram, especulam, financiam, administram e reproduzem espaço urbano [...]”. Estes conjuntos interesses vão resultar numa produção desigual do espaço urbano, com áreas bem servidas de infraestrutura, com moradores de alto poder aquisitivo, contrastando com a periferia precária com aglomeração dos que possuem menor poder de compra.

Ainda no Capítulo III trataremos do conceito de bairro, visando nos aproximar de nosso objeto de estudo, o que possibilitada discutirmos a produção do bairro Santa Luzia já no Capítulo IV. Neste último capítulo faremos uma caracterização do Bairro Santa Luzia, expondo suas materialidades (casas, ruas, terrenos) e as pessoas que compõem esta parcela do espaço urbano, estabelecendo diferentes relações sobre este, dando sentido ao que denominamos lugar. Para isso, nos baseamos em entrevistas com os moradores do bairro, realizadas no mês de Outubro de 2013, onde podemos adiantar a insatisfação quanto à

infraestrutura da localidade por uma parcela da população com menor poder aquisitivo. Para demonstrar nossos resultados, utilizamo-nos do programa de computador *Microsoft Excel 2010* para elaboração de gráficos, que serão expostos no Capítulo IV.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO

A cidade é o território suporte para a atividade industrial, ou seja, por estabelecer num espaço de concentração, por acumular às melhores condições para produção. Desse modo, o desenvolvimento da urbanização é apenas condições para o desenvolvimento industrial onde mudou o caráter da cidade de forma terminante, pois condicionou um novo traço produtivo, transformando-se em centro de gestão e controle da economia capitalista e conseqüentemente subordinando até mesmo a produção agrícola que se produz no campo. (SPOSITO, 2010).

1.1 .O processo de urbanização pré-capitalista

Para Munford (1965) citado por Sposito (2010, p.11), “Se queremos entender a cidade, devemos seguir a trilha para trás, analisando as mais complexas estruturas e funções urbanas, compreender seus componentes originários, que se apresenta no tempo, no espaço e na cultura”. Portanto a cidade ser vista como uma produção histórica social.

Segundo Sposito (2010) muitas vezes é difícil pensar em um determinado período da história onde as cidades não existiam, ou apenas tiveram um papel imperceptível. Compreender a cidade de hoje, é apreender quais processos deram a formação à complexidade de sua organização para sim compreendermos o processo de urbanização neste século, para isto devemos analisar a origem e sua trajetória.

As cidades nem sempre tiveram importância, como tem hoje, “se os primeiros aglomerados humanos nem sequer podem ser considerados urbanos”¹, pois em algum período da história os homens viviam como nômades, como surgiram às cidades? Segundo Sposito, podemos entender a história do surgimento das cidades pela relação do homem paleolítico com as cavernas, elas constituíam um lugar seguro onde encontravam abrigo, guardavam instrumentos e praticavam rituais. Neste período o acasalamento acontecia na caverna também, mas não constituía ainda uma moradia fixa (SPOSITO, 2010). Desse modo, no período paleolítico foi lançada a primeira semente para o surgimento das cidades, embora o homem nesse período não tivesse ainda moradia fixa, já se relacionava com o lugar, ao ter como ponto referência um local no qual praticava cerimônias.

Para Sposito (2010), se a semente foi lançada durante o período paleolítico, é no período mesolítico que apareceram as primeiras condições necessárias para o surgimento das cidades, pois nesse período já havia a garantia de alimentos no lugar através da dominação de

¹ SPOSITO, 2010, p.11.

animais e cultivo de plantas. Esse processo se deu a cerca quinze mil anos atrás e só foi concluído de três a quatro mil anos depois, quando tais práticas se sistematizaram, com o aperfeiçoamento do plantio e com o cultivo de outras plantas e a criação de animais em rebanho, iniciando então o período de fixação do homem no lugar (SPOSITO, 2010).

Já o período neolítico foi marcado pela vida estável nas aldeias, visto que proporcionava condições melhores comparadas a vida itinerante de antes. Nessa perspectiva Sposito afirma que:

[...] a fixação permitiu mais tempo e energia para sexualidade, a nutrição o alimento não dependia mais exclusivamente das atividades predatórias, mas estava garantida pela agricultura e criação e a proteção dando então segurança ao sustento e reprodução da vida. (SPOSITO, 2010, p.13)

Portanto no período neolítico as condições de vida eram melhores que nos períodos anteriores, o que possibilitou o surgimento de pequenos aglomerados humanos “as aldeias”, mas faltava a segunda condição para o desenvolvimento desses locais, que era uma organização social mais complexa, em outras palavras, não havia ainda uma organização que diferenciasse a sociedade em classes, porque todos nas aldeias desenvolviam a mesma função. (SPOSITO, 2010).

De acordo com Sposito (2010, p.14), para existirem as cidades “[...] o sedentarismo e o próprio desenvolvimento da agricultura, traços da aldeia, são pré-condições indispensáveis, mas não suficientes, para as origens das cidades [...]”. Sendo assim, pode-se inferir que os excedentes alimentares advindos da agricultura, possibilitaram, abandono das tarefas de coleta e de caça pelos homens, porque tais tarefas demandavam grande esforço físico e eram perigosos. Assim, os homens aos pouco foram se tornando sedentários e mais propícios a se fixarem num lugar.

A produção do excedente alimentar possibilitou a divisão social do trabalho nas aldeias, e esta é uma das condições para o surgimento das cidades, a outra condição necessária para constituição das cidades é a relação de dominação e de exploração quando ocorrerá a transferência de mais produtos do campo para a cidade, ou seja, é preciso que se criem instituições sociais, para que possamos compreender que a diferença do rural para o urbano é a manifestação da divisão do trabalho. (SPOSITO, 2010).

Com a fixação dos grupos humanos e o desenvolvimento da agricultura, houve a necessidade de uma figura que oferecesse proteção da aldeia contra o ataque de animais ferozes e até mesmo de outros grupos chamados de não aldeões. Então, surge a figura do

guerreiro chefe, o que caracteriza o início da divisão social do trabalho, destacada por Sposito logo a seguir.

Ocorre que este processo de aglomeração não se deu simultaneamente em todos os lugares: havia aldeões e não aldeões. Neste contexto, dentro dos grupos homogêneos e auto-suficientes de aldeões, uma figura passou a destacar pela sua condição, pelo menos em tese, de exercer proteção para a aldeia, contra o possível ataque de grupos nômades (e não aldeões), ou animais ferozes. Era o caçador, cujo papel havia sido limitado demasiadamente com a fixação dos grupos, com o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais. (SPOSITO, 2010, p.15)

Alguns homens na aldeia, os fortes caçadores, não eram obrigados a desenvolver atividade de produção alimentar, apenas ofereciam proteção aos habitantes, o caçador desempenhava um papel benéfico na economia neolítica, pois oferecia proteção à aldeia contra inimigos, com isso o caçador passou a desempenhar uma função diferenciada de outros aldeões na aldeia.

Os aldeões acuados submetiam-se, não fosse o protetor mostrar dentes mais feios que os animais contra os quais oferecia proteção. Essa evolução natural de caçador, tornando-se chefe político, provavelmente abriu caminho para sua ulterior ao poder. (MUMFORD, 1965 citado por SPOSITO, 2010, p. 15)

A transformação histórica do caçador em chefe político e depois provavelmente em rei foi fundamental para a origem das cidades, pois em organizações anteriores o caçador desempenhava o papel de proteção das aldeias, como podemos verificar nas palavras de Sposito (2010, p.16) “[...] o caçador tornou-se figura importante na comunidade agrícola e passou a desempenhar uma tarefa ainda maior, a de governar os aldeões [...]”.

Para Sposito (2010, p. 16), “A relação de dominação criada entre aldeões e o caçador-chefe, político-rei, criou condições para uma relação de exploração.”, ou seja, os tributos tão característicos da vida urbana originaram em respeito ao “caçador”, o tributo pago ao rei, nada mais era que a transferência do excedente agrícola, que revela a referida participação diferenciada dos homens no processo de produção que se dava pela distribuição e apropriação da riqueza. Deste modo, segundo Sposito (2010, p.16) “Aí, se originou a sociedade de classes, e se concretizou a última condição necessária e indispensável à própria origem da cidade”.

A autora Maria Encarnação B. Sposito aborda em seu livro, *Capitalismo e Urbanização*, dois elementos fundamentais para o surgimento da cidade: o primeiro é a produção excedente alimentar condição necessária, mas não a única; o segundo elemento necessário para que surgisse uma cidade foi à divisão social do trabalho, ou seja, era preciso

que houvesse dentro das aldeias uma relação de dominação e exploração, como a figura do caçador que oferecia proteção as aldeias, e ficava desobrigado de trabalhar na produção alimentar, então começa a diferenciação social do trabalho, após houve a transição do caçador para chefe político e conseqüentemente em rei.

Nessa sociedade que passava por um processo de diferenciação social do trabalho o papel do chefe político era controlar a produção agrícola da comunidade, criando uma relação de dominação entre aldeões e o caçador chefe, criou também uma relação de exploração que era feita através da cobrança de tributos, que era uma ferramenta para transferência do excedente agrícola, originando-se a sociedade em classes, a última condição necessária para o surgimento da cidade.

Segundo Souza (2011, p.42) “Uma das primeiras cidades, possivelmente o primeiro assentamento a merecer o nome de cidade, foi Jericó, as margens do rio Jordão, na Palestina [...]”. Jericó é amplamente conhecido pelos relatos da queda de suas muralhas, presente na Bíblia, em o livro de Josué. Segundo a crença judaico-cristã, o aparecimento de Jericó se deu 8.000 anos a.C.

De acordo com Souza (2011, p.42), “O *homo sapiens sapiens*, quer dizer, o homem atual, surgiu a mais ou menos 40.000 anos, ou cerca de 30.000 anos antes da fundação de Jericó”. Nesse sentido observamos que, o uso do fogo, as primeiras pinturas rupestres, os artesanatos de pedra lascada antecedem ao possível primeiro assentamento urbano-Jericó.

Outra cidade que surgiu após Jericó, foi Çatal Huyuk, no sul da Anatólia na atual Turquia, sendo que esse foi o primeiro assentamento de pessoas a registrar sinais de que praticavam música e dança. Esses núcleos são sempre citados quando se refere a cidade mais antigas. (SOUZA, 2011)

Há outros locais que se destacam como as primeiras cidades, por exemplo, Harappa e Mohenjo-Daro, no vale do rio Indo no atual Paquistão, Urna Mesopotâmia no atual Iraque, Susa na Pérsia onde hoje é o Irã, embora outras cidades tenham aparecido posteriormente a Jericó e Çatal Huyuk, Jericó é considerada umas das primeiras cidades a surgir. A organização dessas cidades aconteceu na chamada Revolução Agrícola, ou seja, esta relacionada ao desenvolvimento técnico ou mesmo cultural ocorrido no período neolítico (SOUZA, 2011).

As cidades desse período tinham na sua estrutura as marcas de uma organização política, social e econômica, eram construídos canais para distribuir água em terras semiáridas, as cidades eram cercadas por muros, o que individualizava de maneira bem clara o espaço urbano e facilitava que os governantes se defendessem de ataques de inimigos, a

parte interna das cidades era reservada aos reis e sacerdotes que possuíam um caráter de poder político e religioso, na parte externa era aberta a todos e era onde se localizavam as casas construídas de tijolos e argila, que depois de algum tempo desmoronavam, devido a material que foram construídas. (SPOSITO, 2010). Portanto as construções eram simples e, sendo assim, abrigavam pessoas das classes mais carentes de recursos materiais do período. Deste modo, podemos inferir que tais construções seriam habitações precárias, hoje tão comuns nas favelas brasileiras.

Conforme as cidades cresciam se tornavam capitais de pequenos impérios sobre o domínio de um chefe político, assim o seu poder crescia de uma cidade sobre outra e conseqüentemente para toda uma região. Com isso as cidades tornavam-se centro de tráfego de mercadorias, nestas capitais os templos transformavam-se em palácios e a figura real era instituída cada vez mais, as cidades ao dominarem áreas maiores, tornavam-se receptoras do excedente do campo, o que fortalecia ainda mais a força política de seus governantes, e a constituição de impérios.²

De acordo com Sposito (2010) o processo de urbanização durante o pré-capitalismo foi um processo muito lento, teve início no século IV a.C, e seguiu até o século XI d.C, ou seja, levou mais de 1.000 anos, para que fossem reunidas as condições necessárias para o surgimento das cidades, pautada em fatores econômicos, políticos e sociais.

1.2 . A urbanização sob o modo de produção capitalista e as primeiras indústrias

A atividade econômica urbana, ao se desenvolver criou condições para a estruturação do modo de produção capitalista, o que causou a ruína da economia feudal, que tinha uma economia pautada no latifúndio, além de uma organização estreitamente fechada. Para Sposito (2010, p.30), “A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.”, ou seja, o renascimento das cidades só foi possível pela reativação do comércio. “[...] a burguesia eram os capitalistas, e nesta primeira fase do desenvolvimento do novo modo de produção ocorreu à acumulação primitiva do capital [...]” (SPOSITO, 2010, p.35).

Sposito (2010) pontua que com o fortalecimento da burguesia comercial, a produção não estava apenas designada as necessidades humanas, como também ao caráter de mercadoria, ou seja, visava o lucro e conseqüentemente o processo de acumulação através do comércio.

² SPOSITO, 2010.

Segundo Sposito (2010, p.38) “[...] o capitalismo encontra terreno firme para sua formação a nível político, através da aliança estabelecida entre o capital comercial e a realeza [...]”. A aliança que autora se refere, impulsionou a expansão marítima dos Estados Absolutistas, principalmente Portugal e Espanha, o que intuiu a economia mercantil. Para autora as cidades modernas se instituíram com a riqueza monetária, oriundas do comércio e da especulação.

As cidades modernas europeias estabeleceram-se como espaços de concentração de capitais, acumulados com o mercantilismo, desse modo Sposito (2010) nos esclarece que essas cidades “[...] eram o espaço do poder econômico e político (lugar de moradia dos capitalistas e sede dos Estados Modernos) e nelas também se concentrava uma grande reserva de força de trabalho”. (SPOSITO, 2010, p.51). A autora também destaca que a infraestrutura das cidades mercantis foi importante para o desenvolvimento industrial.

A riqueza acumulada pelos ingleses, principalmente pelo destacado comércio ultramarino propiciou a eles realizarem investimentos na unidade industrial, objetivando ampliar a capacidade produtiva, os primeiros investimentos foram na indústria têxtil. (SPOSITO, 2010).

De acordo com Sposito (2010, p.43) “[...] a industrialização é um processo que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas [...]”, ou seja, o urbano desempenha a produção diferenciada das atividades produtivas, enquanto no campo estão relacionadas às atividades ligadas a produção agrícola e pecuária, essa diferença das atividades caracterizaram as cidades em base territorial onde se concentram o capital e evidentemente a força de trabalho.

O aparecimento das indústrias se deu pelas formas tomadas pela produção de mercadorias, a partir da maquinofatura e com a Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século XVIII. O surgimento da máquina a vapor em 1769, dos teares mecânicos de fiação entre (1767-1801), da locomotiva e da estrada de ferro em 1829, são além de invenções destinadas a atender as necessidades da Revolução Industrial, são decorrência das transformações pelos quais estava passando o próprio processo de produção industrial desde o século XVI. (SPOSITO, 2010). Neste mesmo sentido a autora nos esclarece que:

Mas é preciso inverter a ótica de análise mais corrente: a Revolução Industrial não aconteceu porque se descobriu a máquina a vapor, mas a máquina a vapor foi descoberta porque precisava promover uma revolução nos moldes da produção industrial, de sorte a ampliar as possibilidades de realização do capital. (SPOSITO, 2010, p.48)

Esse processo histórico foi tão transformador, por isso recebeu o nome de revolução. A indústria era um sistema fabril de larga escala de produção. Com os meios técnicos passa a organizar a produção em série. Na industrialização do processo produtivo a sociedade passa a apropriar-se e transformar a natureza, garantido a exploração dos recursos naturais. (SPOSITO, 2010)

Para Sposito (2010, p.49), “Foi grande o impulso tomado pela urbanização a partir do pleno desenvolvimento da industrialização.”, com o aumento da população vivendo em cidades pressupõe a diminuição da população do campo esse processo se deu, com a intensificação da produção industrial e pelo desenvolvimento técnico-científico que proporcionou a urbanização.

Esses dois processos não ocorreram com a mesma intensidade por todo território europeu, o processo de urbanização do século XIX, não foi uniforme, um bom exemplo de urbanização foi à Inglaterra, primeiro pelo espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. Houve na Inglaterra o aumento população urbana. (SPOSITO, 2010).

No mesmo período, houve uma grande tendência, as indústrias estavam se fixando fora da cidade, impulsionadas pelo setor da metalúrgica e pelo interesse de estar próximo das fontes de energia, como o carvão, os meios de transporte como rios e mais tarde estradas de ferro, e de matéria-prima como os minerais e principalmente pela existência de reservas de força de trabalho que o artesanato camponês fornecia. De acordo com Sposito (2010, p.52), “Quando isto ocorreu, a indústria gerou a cidade.” Várias cidades surgiram ou desenvolveram durante o século XIX, próximas de regiões carboníferas como na Inglaterra, na Alemanha, Rússia e na Polônia, elevando o crescimento da população de algumas cidades europeias. Nesse sentido Souza (2011) argumenta que:

[...] A Revolução Industrial na Europa, a partir de fins do século XVIII, e, mais amplamente, os processos de industrialização pelo mundo afora, também tiveram um impacto enorme sobre o tamanho e a complexidade das cidades. [...] Daí surgiram, em momentos diferentes, novos termos e conceitos, como conurbação, metrópole e megalópole, que se acrescentam e enriquecem a nossa visão do que seja ou do que pode ser o fenômeno urbano. (SOUZA, 2011, p.46)

Desse modo, Souza (2011) demonstra que a industrialização fomentou o aumento da urbanização a ponto de surgirem conurbações, metrópoles e megalópoles. Portanto a industrialização trouxe grandes transformações estruturais às cidades europeias.

Após a Revolução Industrial, aconteceram mudanças estruturais que ocasionaram novo arranjo no papel das cidades, e novo ritmo de produção, devido ao processo de

industrialização. A fábrica e os novos investimentos precisaram expandir suas capacidades produtivas, de acordo com Sposito (2010, p.53), as “[...] indústrias, exigiam a ampliação dos mercados, o que significa o fortalecimento das relações dos lugares [...]”, a especialização como vimos antes, manifestou-se numa divisão social do trabalho, cada vez mais complexa, houve a necessidade da especialização nos novos investimentos industriais, que almejaram ampliar sua capacidade produtiva, este aumento desencadeou a expansão do próprio mercado. Assim, a autora assegura que:

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados que a sua produção em série exigiu, ao fortalecer a articulação entre os lugares, e principalmente entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial, a divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 2010, p.53)

Sposito afirma, que os lugares que se especializavam à medida que havia transformações estruturais a nível da sociedade e que o espaço foi sendo produzido socialmente para atender as novas necessidades desta nova realidade, pautada no forte crescimento e desenvolvimento industrial, o resultado foi a articulação entre os lugares o que possibilitou a constituição da rede urbana e a independência das cidades e relação ao campo.

Assim devido ao desenvolvimento do modo de produção capitalista a rede urbana foi constituindo e criando hierarquias e tendo grandes formações de aglomerados urbanos as chamadas metrópoles, espaços de grande concentração de capital, de meios de produção e de lócus da gestão do modo de produção, segundo Sposito (2010, p.54), “Estas aglomerações subordinavam outras de porte médio, que por sua vez exerciam o papel de elo com os pequenos centros.”, essa subordinação entre as cidades diminuía as diferenças entre elas, o que favoreceu mudanças na sua estrutura.

Sabemos que a indústria permitiu a produção em larga escala, e isso provocou uma nova configuração no espaço urbano, bem como estabeleceu uma nova constituição, formando uma sociedade de consumo em massa, esse processo ocorreu a partir do século XIX tendo seu auge no decorrer do século XX.

Para Sposito (2010), houve uma homogeneização dos valores culturais sob o domínio capitalista, uma ideologia passada para a sociedade, por meio da propaganda que impulsiona o consumismo cada vez mais uniforme fazendo que as diferenças culturais se anulem, este processo refletiu no espaço uma paisagem específica, que é a paisagem³ urbana.

³[...] “é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura e seu aparato tecnológico”. “É um espaço em três dimensões: natural, social e histórico”. (PASSOS, 2000 citado por COSTA; ROCHA, 2010, p.50).

Nesse sentido Sposito demonstra que as principais vias do centro financeiro de Nova Iorque ou de Tóquio, apresentam em comuns com outras cidades estruturas de avenidas, edifícios de concreto e vidros, viadutos, automóveis modernos, outdoors da Coca-Cola, enfim, uma configuração do espaço urbano.

O rápido crescimento populacional produzido pela Revolução Industrial provocou mudanças no nível de estrutura do espaço interno, pois o contingente maior de pessoas necessitava de mais espaço. Por outro lado esse crescimento não podia ser acompanhado pelo crescimento territorial, com o desenvolvimento do modo de produção, a terra tornou-se uma mercadoria, Sposito (2010, p.55) afirma que “[...] o acesso a uma parcela destas cidades estava mediado, pela compra ou aluguel de terrenos, com construções ou não [...]”, devido ao crescimento das cidades o núcleo urbano tornou-se centro e ao seu entorno surgiram as periferias. Neste sentido Sposito assevera que:

[...] o impacto da industrialização sobre a urbanização provocou mudanças estruturais no papel e na estruturação do espaço interno das cidades. Esta produção social das formas espaciais é ao mesmo tempo manifestação e condição do estágio de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo. Nesta perspectiva, estamos falando do espaço como concretização-materialização do modo de produção determinante no caso o capitalista, e a cidade como uma manifestação desta concretização. (SPOSITO, 2010, p.64)

Na primeira metade do século XIX, os chamados movimentos migratórios campo-cidade, decorrentes de mudanças estruturais no campo e acelerada industrialização, a população urbana aumentou e a consequências disto foram os surgimentos dos problemas urbanos que provocaram uma desordem muito grande na paisagem e também na malha urbana, esse crescimento saiu do controle público.

Nessa época o Estado Inglês já não elaborava planos de planejamento urbano e nem fiscalizava, as cidades estavam sendo produzida desordenadamente e sem a fiscalização, por sua vez, também passou a desempenhar o papel do especulador, pois vendia terrenos públicos para pagar suas dívidas, aproveitando o cenário de desordem. Nesse sentido Sposito (2010, p.56) argumenta que: “a classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários.”, tornando a cidade, casas e bairros destinados pelos interesses do lucro.

Sposito (2010) relata que as casas na cidade eram muito pequenas bem diferentes das casas do campo, faltava espaço aos redores delas, havia também acúmulo de lixo e a maioria das casas estava próxima das indústrias e estradas de ferro que provocam muita fumaça e barulhos e também a poluição de rio. Para Sposito (2010, p.57) “A cidade era própria desordem [...]”, devido ao desenvolvimento capitalista, vários problemas urbanos surgiram. A

industrialização provocou de acordo com Sposito (2010, p.58), o “[...] comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro das cidades: os bairros de pobres, os bairros de ricos [...]”, onde ter uma casa individualizada cercada era visto com muito prestígio e só possível para os ricos.

Para a mesma autora os problemas urbanos eram principalmente moradias pequenas, a falta de espaço para lazer, ruas estreitas, a falta da rede de água e tratamento de esgoto, a falta de coleta de lixo, a insalubridade e a feiúra. Tais problemas apareciam de forma homogênea nas cidades, fruto das transformações econômicas, sociais e políticas. Esses problemas são oriundos das manifestações do próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Sposito (2010, p.58) argumenta ainda que: “o liberalismo, como referencial ideológico, a livre concorrência e a iniciativa privada sem intervenção do poder público, como princípios de conduta, e a busca de reprodução do capital a todo custo [...]”, no século XIX, as cidades inglesas foram transformadas em cenários caóticos. Evidentemente esses cenários de desordem não eram fruto da cidade e sim do próprio modo de produção, que refletiam na cidade.⁴

Esta desordem não pode perdurar por muito tempo, porque começou a incomodar até mesmo os mais ricos. A falta de condições sanitárias permitiu o alastramento de um surto de cólera pela Europa em 1830. As carruagens burguesas já não podiam circular imunes pelas ruas com a lama e o cheiro que emanava destas passagens de terra, onde o esgoto e o lixo se misturavam aos porcos e as crianças. A poluição atingiu até os bairros ricos, e a falta de água limpa era problema para todos. A década de 1840 foi marcada por uma série de sindicâncias sobre as condições de vida nas maiores cidades. (SPOSITO, 2010, p.59)

Com o fim dos regimes liberais, e a ascensão de Napoleão III na França e de Bismark na Alemanha junto com outros conservadores, a Inglaterra pôs fim à tese de não intervenção do Estado, e em meados do século XIX a Europa ficou marcada pela aprovação de leis sanitária, pois houve a implantação de redes de água e esgoto, além de mais tarde a implantação de gás, eletricidade e telefone, proporcionando melhorias para cidades, o poder público passou a executar as obras e a administrar e planejar melhor os espaços públicos, de acordo com Sposito (2010, p.60), “Estas medidas permitiram a reorganização das cidades europeias, e refletiam a preocupação dos capitalistas em melhorar as condições de vida dos trabalhadores”.

Os trabalhadores que viviam nas cidades industriais principalmente na Inglaterra tinham apenas 30 anos de expectativa de vida na metade do século XIX. Devido à má

⁴ SPOSITO, 2010.

alimentação, dormiam pouco e cumpriam longas jornadas de trabalho. Esses trabalhadores viviam em condições precárias. Com a intervenção do poder público houve mais mudanças na estrutura interna das cidades e mais dignidade aos trabalhadores da indústria com novas áreas de moradia, que atendiam as exigências das leis sanitárias. (SPOSITO, 2010).

Segundo Sposito (2010, p.60), “As áreas residenciais ricas afastaram-se do centro a procura de áreas mais limpas, e as famílias de maior poder aquisitivo passaram a construir suas casas distanciadas da linha da rua.”. As construções antigas foram derrubadas, e novas edificações com mais andares foram construídas proporcionando uniformidade na nova arquitetura. Assim houve o melhor aproveitamento do espaço por meio de enormes bairros operários.

De acordo com Sposito (2010) marcadas pela alta densidade e pela uniformidade as cidades cresceram mais ainda. Com isso surgiram muitos subúrbios onde novas indústrias se instalaram.

1.3. A urbanização durante o capitalismo monopolista

Considerada como a terceira fase do desenvolvimento capitalista, para Sposito (2010, p.63), “[...] esta fase do capitalismo corresponde uma nova divisão internacional do trabalho.”, ou seja, corresponde a troca desigual, entre as relações econômicas entre países, já que países industrializados passaram a trocar com os países não industrializados ou em início de industrialização, seus produtos de maior valor, predominantemente produtos industriais, por outro produto de menor valor.

Essa disparidade estava na diferença entre valores do próprio mercado por produtos diferentes, e isso foi possível devido à produção industrial estar reunida em países centrais. Essa troca entre países está em níveis de desenvolvimento capitalista diferentes, ou seja, o capitalismo dominando todas as forças produtivas e conseqüentemente subordinando as relações sociais que alimentavam o seu desenvolvimento, e a economia se apoiou em segmentos mais fracos e mal capitalizados como a agricultura, porque nesse segmento da economia não tinha ocorrido ainda uma subordinação das relações de trabalho ao capital. (SPOSITO, 2010).

Para Sposito (2010, p.63), “Ao se exportar, o capital (dinheiro e tecnologia) do centro, desencadeia-se ou se promove novas etapas no processo de industrialização da periferia, e transformam-se as bases sobre as quais passa a ocorrer troca desigual.”. De acordo com a autora, esse fenômeno só é possível acontecer na periferia, e vai refletir no desenvolvimento entre os lugares, ocasionando as mesmas disparidades na urbanização.

A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos. Estes novos setores da cidade foram, com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais compacto. (SPOSITO, 2010, p.56)

A cidade é o lugar onde aglomeram as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, por isso desempenha o papel de comando na divisão social do trabalho. É no perímetro urbano também onde concentram a força de trabalho e os meios necessários de produção, e a relação de articulação entre uma cidade e outra, e a relação com o campo. Todo esse processo de articulação é impulsionado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Com o advento da industrialização a cidade deixou de ser o lugar onde apenas se concentrava o excedente agrícola e passa ser o lugar industrial de comercialização que passou a redistribuir para o campo. (SPOSITO, 2010).

Por fim, a cidade se faz a partir da capacidade humana, das trocas, do surgimento do mercado. Dessa maneira o surgimento da cidade, “[...] independentemente do modo de produção, escravista, feudal ou capitalista, é a cidade o palco das relações socioeconômicas, históricas [...]”, (SOUZA, 2004, p.01), e geograficamente planejadas pelo homem, o espaço da cidade tornou-se o lugar da reprodução do capital e se configurou como possibilidade para evolução dos sistemas técnicos, por meio da divisão social do trabalho e das especializações decorrente nesse espaço. É na cidade que ocorre a reprodução, a circulação e a distribuição de bens e serviços, necessidades ampliadas pela lógica do capital. (SOUZA, 2004).

CAPÍTULO II: DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA À PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JARDIM-MS

O conceito de urbanização segundo Sposito (1993) nos remete a ideia de processo. Por isto “[...] a análise da origem e evolução das cidades, as transformações de ordem política socioeconômica, as manifestações de caráter cultural e ideológico, as revoluções e contrarrevoluções, a ciência e a no nosso cotidiano [...]”, (SPOSITO, 1993, p.62). A urbanização para autora é uma dimensão temporal, ao analisar o processo histórico da urbanização. É ao mesmo tempo entender as sociedades humanas e a dinâmica da cidade contextualizada.

De acordo com Sposito (1993, p.63) “[...] se o capitalismo produziu a industrialização como meio para se reproduzir, esta redefiniu a urbanização, e produziu uma nova cidade, com múltiplos papéis no processo de produção [...]”, isto é, o processo de urbanização está estreitamente relacionado à dinâmica econômica, por permitir uma maior circulação de mercadorias.

O processo de urbanização brasileiro se pautou principalmente em instrumento de integração no preceito capitalista, como estratégias de modernização idealizadas pelo Estado, vinculado ao papel da indústria envolvendo vários setores tanto estatais, nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento da urbanização no Brasil teve sua intensificação após a 2ª Guerra Mundial (1945), ou seja, quando a indústria ganhou forças econômicas e passou a dominar a economia nacional. (DAVIDOVICH, 1984).

2.1. A urbanização brasileira antes da indústria

Segundo Zorraquino (2005), a Europa ficou decadente devido às guerras e divisões internas. No decorrer do século XV ocorreram novas criações de países e estados que funcionaram como bases para a guerra, que culminou com a expulsão dos muçumanos da Península Ibérica na então Europa, o que possibilitou aos ibéricos ficar livre para novas conquistas.

O poder político e econômico atua em aliança com o poder religioso. Os reis, os banqueiros e os papas são os principais responsáveis pelas grandes guerras e invasões. O dinheiro se associa com a espada e a cruz para impor o novo modelo de sociedade ocidental ao resto dos povos da Terra. (ZORRAQUINO, 2005, p.14)

Em 1492, Cristóvão Colombo amparado pela coroa espanhola, pelo papa Alexandre VI e por banqueiros dos Países Baixos, iniciou a procura de terras pelo Oceano Atlântico.

Contudo antes fizeram um acordo chamado de Tratado de Tordesilhas¹, acordo assinado pelo papa, reis da Espanha e Portugal, na qual ficaram estabelecidos os limites das terras a conquistar. (ZORRAQUINO, 2005).

Após o tratado, iniciaram as navegações em busca de especiarias em terras ocidentais “Acreditando ter chegado às já exploradas Índias Orientais, Colombo encontra por acaso um desconhecido continente americano, que, ante ao olhar surpreso e ansioso dos europeus, será chamado inicialmente de Índias Ocidentais”, (ZORRAQUINO, 2005, p.14). Em 1500, Portugal conquista a América junto com outros europeus, os portugueses conheciam bem o comércio marítimo e já haviam feito outras viagens pelos continentes da China, Índia e África.

A urbanização brasileira iniciou antes da indústria com a chegada dos portugueses, mas segundo Sposito (1993), porque os indígenas não iniciaram o processo de urbanização. A autora explica que os indígenas eram muito primitivos. O fato de que “[...] não havia divisão social do trabalho dentro dessas comunidades, o que significa que em nível territorial nem a divisão mais elementar do trabalho, a que há entre cidades e o campo, aconteceu [...]”, (SPOSITO, 1993, p.63). Não havia na comunidade indígena a diferenciação de classe, a relação de dominação e exploração. Quando os portugueses descobriram o território brasileiro encontram:

[...] um território natural, escassamente povoado por tribos e povos originários, segundo hábito e costumes próprios, seminômades e com uma economia autônoma de subsistência, baseada na exploração equilibrada dos recursos e ecossistemas naturais. (ZORRAQUINO, 2005, p.06)

Com a vinda dos portugueses para o território², iniciou-se primeiro o processo de articulação e mais tarde a integração do território brasileiro a economia capitalista. O processo

¹“O Tratado de Tordesilhas, assinado entre D. João II de Portugal e os reis católicos Fernando e Isabel, tem um significado muito mais vasto do que a simples delimitação de áreas de influência divididas entre os dois reinos. Estavam envolvidos interesses de particulares, especialmente os dos mercadores andaluzes, habituados ao comércio secreto da Guiné sem pagamento ao erário real castelhano, pelo que de facto não lhes agradou a política dos reis católicos no sentido de afirmarem o seu direito tradicional «à conquista das partes de A/rica e da Guiné». Mas estavam sobretudo em causa os interesses políticos de dois Estados em expansão. Mas a viagem de Cristóvão Colombo começada em Palas a 3 de Agosto de 1492, colocou em evidência o Atlântico Ocidental e a questão de saber se o Tratado de 1479 abrangia a área. Depois de negociações várias, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 7 de Junho de 1494, e as esferas de influência ficaram definidas: pertenceriam a Castela as terras descobertas para além do meridiano que passava a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, limite encurtado para 200 léguas no que tocava aos descobrimentos que Colombo pudesse fazer na segunda viagem que entretanto iniciava. Discute-se muito as razões secretas da escolha da linha divisória, sendo a questão mais debatida a de saber se D. João II tinha já nessa data conhecimento da existência do Brasil”. (MOREIRA, 1994, p.11).

²“Território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise evidente as relações de poder

de urbanização no Brasil começou primeiro com cidades próximas ao litoral do território, com isso afirma Sposito (1993), o Estado³ colonial queria mostrar poder e controle total sobre o território. As cidades litorâneas tinham caráter político, ou seja, desempenhavam funções administrativas e burocráticas. (SPOSITO, 1993).

O perfil do Estado português era basicamente mercantil e tinha interesse pela acumulação comercial “[...] a nossa urbanização respondia as necessidades de controle e escoamento da produção que era essencialmente primária”. (SPOSITO, 1993, p.64). Ainda segundo a autora, a independência brasileira aconteceu no contexto de uma economia capitalista mundial, quando a Inglaterra já possuía sua base de reprodução basicamente industrial. Os ingleses estavam interessados em ampliar seus mercados, com isso reforçou mais ainda o papel das cidades mercantis brasileiras.

Segundo Sposito (1993, p.64), “Fora do domínio imposto pela exclusividade comercial do sistema colonial, o Brasil, até 1930, continuou seu processo territorial de uma agricultura para a exportação [...]”, a rede urbana que correspondia à área litorânea estendeu para o interior, onde se praticava o plantio da cana, algodão e o café. Esse traço da agricultura “[...] não proporcionou e nem exigiu o surgimento de muitas cidades, porém justificou a existência de algumas que chegaram a ser relativamente grandes [...]”, (SPOSITO, 1993, p.64).

Esse segundo processo, decorrente do amplo período histórico de colonização e dependência da metrópole portuguesa, com base em uma economia de exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, dedicada à exportação e à sustentação da própria metrópole. Esse período vai desde 1500 até praticamente o início do século XX. (ZORRAQUINO, 2005, p.06)

Esse longo período colonial provocou uma grande dependência econômica, social e também cultural a Portugal, principalmente do modelo econômico exportador, tal processo sobressaiu ainda mais o rural em relação ao urbano.

O intenso processo de colonização⁴ realizado pelos portugueses iniciou primeiro com o latifúndio, no patriarcado e na escravidão, após a implantação de um modelo agrícola

abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder”. (ROBERT SACK, 1986 citado por COSTA; ROCHA, 2010, p.46).

³“Entidade central de uma nação, operada por um governo munido de poderes de coerção política e jurídica, para um fim de organizar a vida civil”. (SPOSITO, 2010, p.17).

⁴ As três primeiras décadas após a conquista e colonização os portugueses limitaram apenas a exploração dos recursos naturais principalmente o pau-brasil, devido à rivalidade de outros países, Portugal precisou criar estratégias de ocupação, onde foram criadas as capitânicas hereditárias, onde o governo geral financiou matérias-primas do Brasil para os mercados europeus, com encargos transferidos aos donatários e colonos das capitânicas

tropical. Segundo Zorraquino (2005), foram contínuas as mudanças nas bases econômicas agrícola. De acordo com o autor criou-se um novo modelo econômico e social que atendia especificamente aos interesses da burguesia portuguesa e europeia e ao interesse da metrópole⁵ que acatou também ao próprio interesse da burguesia brasileira, “[...] ao mesmo tempo, os conquistadores, senhores, fazendeiros, exército e igreja, representantes desses interesses no Brasil basearam a conquista do território e a produtividade de seus empreendimentos [...]” (ZORRAQUINO, 2005, p.09).

O modelo produtivo açucareiro nos grandes latifúndios agrícolas durante o século XVI a XIX definiu o Brasil em um território exclusivamente rural. Segundo Zorraquino (2005), as cidades litorâneas exerciam apenas as funções administrativas. Posteriormente foram implantados novos núcleos urbanos no interior do país, com advento de novas atividades econômicas ligadas a exploração da mineração⁶ em Minas Gerais em meados do século XVIII.

No entendimento de Zorraquino (2005, p.10), “A passagem do modelo territorial rural ao urbano produz-se fundamentalmente na segunda metade do século XX [...]”, quando se iniciou o processo de industrialização, e o país já estava fortalecido, além de bem avançado nas técnicas, contudo necessitava de muita mão-de-obra nas cidades. Então começou o processo de migração do campo para a cidade, para compor o exército de reserva de trabalhadores assalariado nas fábricas e nos serviços. (ZORRAQUINO, 2005).

Toda essa mudança trouxe uma nova configuração no território brasileiro e também consequências. As cidades demandavam por transportes, equipamento, serviços e infraestruturas coletivas para atender as novas necessidades impostas pelo novo arranjo industrial, pois “[...] a cidade industrial e especulativa se segmenta em territórios excludentes,

possibilitou a criação da rede urbana, onde foram fundadas cerca de 16 vilas e povoados no litoral brasileiro, com a exploração em torno da costa brasileira entre Pernambuco e São Paulo proporcionaram a instalação do governo geral. (ZORRAQUINO, 2005).

⁵“Cidade principal de uma região ou de um país, que centraliza atividades urbanas responsáveis pela dinâmica e geografia desse território. Quando uma metrópole, tem nas suas proximidades, outros municípios que fazem parte de uma área com as mesmas características, a isso chama-se região metropolitana”. (SPÓSITO, 2010, p.88).

⁶ Os Bandeirantes paulistas descobriram ouro no sertão de Minas Gerais, o auge da mineração aconteceu entre 1750 e 1760, onde o Brasil exportava 2,5 milhões de toneladas de ouro e quilates de diamante nesse contexto do início da urbanização houve um grande aumento de emigrantes portugueses para o Brasil que quase levou o despovoamento de Portugal obrigando o rei a inibir a emigração. Devido à mineração de ouro e diamante o eixo econômico se deslocou sua Colônia para o centro-sul, onde iniciou a colonização do sertão, aparecendo novos assentamentos urbanos em Minas Gerais, (Ouro Preto, Mariana, Tiradentes), e em Goiás, onde se criaram novas vias para o escoamento das mercadorias em direção a cidades costeiras, essas vias de passagem para escoação da mercadoria colaborou para o surgimento de novos núcleos urbanos, a capital do Salvador então foi transferida para Rio de Janeiro em 1763, causando declínio do poder dos fazendeiros agrícolas do Nordeste, após iniciou a nova fase do capitalismo industrial, devido a Revolução Industrial na Inglaterra culminou o antigo capitalismo agrícola-minerador para exportação. (ZORRAQUINO, 2005).

separando as classes abastadas das camadas populares [...]” (ZORRAQUINO, 2005, p.10). Nesse sentido, a falta de iniciativas por parte dos organismos públicos em controlar esse processo de imigração resultaram em invasões, loteamento ilegais, favelas e cortiços.

Para Zorraquino (2005, p.11) “[...] as grandes periferias urbanas atuais são expressão da desordem urbana de todo tipo que teve origem no citado processo de industrialização dependente dos anos 40 aos 80 [...]”, problemas que ainda perduram até hoje no espaço urbano brasileiro.

2.2. A urbanização brasileira depois da indústria

Segundo (SPOSITO, 1993, p.64), “Explicar nossa urbanização via industrialização, é apenas reforçar a ideia já clara, de que o desenvolvimento industrial mais que propiciar o crescimento do número e do tamanho das cidades, redefiniu o eixo da nossa urbanização”. O rápido crescimento da industrialização no Brasil, evidentemente aumentou também o ritmo de crescimento da urbanização. De acordo com a autora, 36% da população em 1950 morava em cidades e em 1970 elevou-se para mais de 50%.

As indústrias aumentaram a função das cidades brasileiras no que se refere à divisão territorial do trabalho. Nesse período o Brasil era grande agroexportador e as cidades se tornaram símbolos do poder político e comercial, pois controlavam a produção do campo. Mas, o processo produtivo ainda era autônomo, os latifundiários monocultores não dependiam tanto das cidades para desenvolver sua produção. Devido a isso, a indústria que surge a partir dos anos 30 encontrou pouca ou nenhuma estrutura nas cidades do Brasil agroexportador. Mesmo assim, se organizou e estimulou a urbanização elevando o alto crescimento urbano e consequentemente o crescimento industrial provocando a diversificação dos papéis urbanos. (SPOSITO, 1993).

Multiplica-se o conjunto de atividades que eram necessárias ao próprio funcionamento das indústrias, e articula-se o conjunto das cidades através da formação de um mercado consumidor nacional para uma industrialização predominantemente apoiada na produção de bens de consumo. (SPOSITO, 1993, p.65)

A partir de 1940, o governo Vargas através de sua política de intensa intervenção do Estado na industrialização, criou várias empresas públicas entre elas o Conselho Nacional do Petróleo⁷, Companhia Siderúrgica⁸ e a Companhia Vale do Rio Doce⁹. (ZORRAQUINO,

⁷ Hoje Petrobras, foi criada em 1940. (ZORRAQUINO, 2005).

⁸ Para produção de aço criada em 1941. (ZORRAQUINO, 2005).

2005). Com o fim da 2ª guerra mundial, foram criados organismos internacionais de cunho político e financeiro.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, são criados a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946, e em 1948, os organismos financeiros internacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Acordo Geral sobre tarifas de Comércio (GATT), futura Organização Mundial de Comércio (OMC). (ZORRAQUINO, 2005, p.35)

Os organismos financeiros (FMI e Banco Mundial), para fornecer empréstimos às nações mais pobres, exigiam em troca, a adoção de políticas de facilitação à entrada de investimentos estrangeiros nas economias nacionais. De acordo com Sposito (1993), o governo de Juscelino Kubitschek¹⁰ e os governos militares facilitaram os investimentos estrangeiros no Brasil com instalação de unidades industriais vinculando todos os setores econômicos transnacionais. Esse tipo de estratégia adotada pelos governos reforçou ainda mais o modelo de urbanização que se estabeleceu para o país entre 1930 a 1955.

Devido ao triunfo da Revolução Cubana¹¹ em 1959, a América Latina e o Brasil foram beneficiados, pelos movimentos guerrilheiros de ideologia nacionalista, marxista, anti-imperialista que reivindicavam modificações sociais radicais na década de 60. Foi nesse contexto histórico que os Estados Unidos financiaram em 1960 o Plano das Américas com a intenção de beneficiar a industrialização dependente na América Latina. No Brasil o desenvolvimento industrial aumentou com o apoio governo Juscelino¹², assim favorecendo o aparecimento de novas empresas públicas.¹³

⁹ Mineradora criada em 1942, (ZORRAQUINO, 2005).

¹⁰Presidente de 1956 a 1961, Kubitschek investiu na transferência da Capital da República, então localizada no Rio de Janeiro, para Brasília no planalto central acreditando que localização da nova capital possibilitaria o desenvolvimento das regiões ainda não ocupadas, decorrência a isso, o então presidente criou a Companhia Urbanizadora da Nova capital Brasília. (ZORRAQUINO, 2005).

¹¹ “Foi o fato político mais poderoso e o que maior impacto causou na América Latina, ao longo do século XX, não por causa do seu caráter heróico e romântico ou porque o regime implantado por Fidel Castro evoluiu posteriormente para o comunismo, mas porque ela exprimiu dramaticamente as contradições não resolvidas entre os Estados Unidos e os demais países da região”. (BANDEIRA, 2008, p.01). A Revolução Cubana foi liderada por centenas de guerrilheiros barbudos, grande parte de *guajiros* (trabalhadores do campo), sujos, uniformes rasgados sob o comando de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, com ideias marxistas organizaram um exército rebelde contra o EUA. (BANDEIRA, 2008).

¹²Em 1961, Brasília foi inaugurado, e seu criador Juscelino Kubitschek termina seu mandato, dando lugar ao novo presidente eleito Jânio da Silva Quadros, que em 1964 sofreu golpe militar, foi substituído pelo presidente Castelo Branco. Cabe ressaltar que no governo de Juscelino foram realizadas importantes intervenções apoiadas pelo Plano das Américas no Brasil, a promoção da indústria automobilística e a transferência do capital do Rio de Janeiro para Brasília, essas iniciativas desencadearam crises ao modelo de industrialização baseado na substituição de importações, mudaram a dinâmica do processo de industrialização “que passa a se concentrar em algumas poucas cidades, alterando a feição do modelo de urbanização do país”. (ZORRAQUINO, 2005, p.37).

¹³ No entendimento de (ZORRAQUINO, 2005).

Ainda mais se ampliaram os papéis urbanos na divisão territorial do trabalho: as cidades não são mais apenas o espaço do poder político-comercial e o espaço da produção industrial e do seu consumo, mas também o lugar da reprodução financeira do capital, o lugar onde circulam as ideias e as informações, onde (mal) habitam, (mal) se educam e se preparam aqueles que se integram ao Brasil urbano-industrial, enquanto força de trabalho. (SPOSITO, 1993, p.65)

Contudo, cresceu a concentração fundiária¹⁴ no campo devido à dependência da agropecuária ao capital industrial e financeiro. Sposito pontua três motivos para isso. O primeiro é aumento do consumo de produtos industriais, bem como sementes, máquinas agrícolas, fertilizantes e inseticidas que são bens necessários para o modelo de produção capitalista no campo; o segundo, devido à expansão da produção agrícola direcionada ao beneficiamento industrial, como a plantação da cana-de-açúcar para produção do álcool, a soja para fazer margarina e óleo, para a indústria de carnes na avicultura de corte e por último a “[...] intensificação da relação cidade-campo, ao trabalhador rural (às vezes, um habitante da cidade) impõe-se o consumo da produção urbano-industrial”. (SPOSITO, 1993, p.65).

2.3. Características da urbanização brasileira

Segundo Davidovich (1984, p.13), “o Estado bancou a industrialização e a modernização no país [...]” o desenvolvimento econômico do Brasil pautou-se na extração dos recursos naturais próprios e também com recursos importados, principalmente o capital em tecnologias e combustível deu certo. Porém, desencadeou os atuais problemas (o crescimento desordenado das cidades provocou: a falta moradias, infraestrutura, má qualidade dos serviços públicos, desempregos, e etc.). As estratégias de modernização não atenderam a todos os setores da economia, enfim devido à própria natureza desigual do desenvolvimento capitalista. (DAVIDOVICH, 1984).

O crescimento populacional urbano no país intensificou-se após 2ª Guerra Mundial, motivado pelo desenvolvimento da indústria que ganhou forças econômicas ao comando de uma economia nacional. Na época constituíram as principais cidades do país fundamentadas em padrões artísticos e literários carecido do movimento de modernização. Contudo a atividade industrial ganhou impulso devido ao papel empresarial dos imigrantes europeus principalmente no estado de São Paulo e nos estados da região Sul do Brasil. Essa imigração

¹⁴ “Ao falarmos em estrutura fundiária, nos referimos a questões relacionadas á terra e sua distribuição. Para tal conceito existem categorias que delimitam por extensão a quantidade de terras de que se trata, a saber, minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio. [...] Na atualidade, a composição e a evolução da estrutura fundiária brasileira está condicionada por um lado, por tipos específicos de uso, ou em determinados casos, estas estruturas permanecem ociosas por especulação dos proprietários”. (BRAUN, 2005, p. 1- 2).

foi decorrente da 1ª Guerra Mundial¹⁵ e da crise de 1929¹⁶. Eles vieram buscar refúgio no Brasil devido aos conflitos na Europa. Além de propiciar a atividade industrial os imigrantes também comandaram os longos períodos de prosperidade do café¹⁷. (DAVIDOVICH, 1984).

Segundo Zorraquino (2005, p.71), “[...] o processo de urbanização brasileiro vinculava-se de forma crescente com a pobreza [...]”, porque o campo e a agricultura moderna afastam os pobres, os trabalhadores da agricultura capitalizada, do agronegócio, sobretudo passaram a morar cada vez mais nos espaços urbanos. “Em geral, nossas cidades, criadas como lugar central de atuação do sistema social capitalista, são hoje os territórios onde se concentram os mais graves problemas da explosão da desordem social”¹⁸.

As cidades brasileiras atuais são resultados do tipo de modelo de colonização do passado. Contudo, o advento da indústria tornou o núcleo urbano criador das disparidades principalmente da pobreza tanto socioeconômica como também na estrutura física. A produção das periferias é fruto desse intenso processo de urbanização decorrente no Brasil, aonde as camadas menos favorecidas foram vítimas do próprio processo de distribuição das classes sociais na sociedade capitalistas.

2.4. Produção do espaço Regional Sul Matogrossense

O Mato Grosso do Sul está inserido na região¹⁹ Centro-Oeste²⁰, onde por muito tempo foram representados no ideário desenvolvimentista, como vazios²¹ demográficos, por pertencer a uma área destinada apenas para as atividades agropecuárias. “[...] é essa a

¹⁵(1914- 1918) “Favorece a produção e o consumo interno de produtos industriais brasileiros”. (ZORRAQUINO, 2005, p.32).

¹⁶Foi quando os EUA e a economia mundial quebraram. (ZORRAQUINO, 2005).

¹⁷O café entra cena, no primeiro momento foi introduzido no Pará, procedente da Guiana Francesa, depois o café foi plantado na periferia do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e no sul de Minas Gerais, a produção do café correspondia na época 44% da economia nacional seguido do açúcar e do algodão. A produção do café foi o sustento do império durante meados o século XIX, e a aristocracia dos fazendeiros cafeeiros, com intensas fortunas, foram os verdadeiros donos do país. (ZORRAQUINO, 2005).

¹⁸(ZORRAQUINO, 2005, p.71).

¹⁹“Tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados”. (GOMES, 2010, p.53).

²⁰O processo de ocupação da região Centro-Oeste iniciou primeiro com a descoberta de ouro pelos Bandeirantes, fato que desencadeou a formação de povoamento. (ZORRAQUINO, 2005). “A atividade de mineração iniciaria o povoamento regular do Mato Grosso, assim como do Oeste brasileiro, provocando, um fluxo migratório para a região. Todavia, já se encontrava em declínio em meados do século XVIII, embora, seja justamente após 1750 que se daria o assentamento definitivo da vida urbana na região” (ABREU, 2001, p.45).

²¹“Dois vastos “vazios”, ocupando mais da metade do território, atuais Centro-Oeste e Norte, completam o quadro econômico-territorial do país”. (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980, p. 29). O Centro-Oeste brasileiro apenas existia uma pecuária extensiva e não tinha vínculo com mercado externo, bem diferente da atividade cafeeira. Já no final do século XIX e início do século XX, é que foram criadas as condições internas e externas almejando o desenvolvimento da indústria de fábrica, voltados para mercados de consumos internos como bens de consumos banais, representado pela indústria têxtil e alimentício. (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980).

concepção (e a função) que lhes atribuída no interior da divisão territorial do trabalho até início dos anos de 1970”. (ABREU, 2001, p.45).

Antes da colonização portuguesa a região do atual Mato Grosso do Sul era ocupada por diversos grupos indígenas. Com a chegada dos colonizadores europeus, a região passou a ser alvo disputas entre Portugueses, Espanhóis, Indígenas, Paraguaio e Brasileiros. Como esclarece Almeida:

Do povoamento e colonização do Estado de Mato Grosso do Sul devem ser destacados os elementos indígenas, os espanhóis, os bandeirantes, citando-se como influência a Guerra do Paraguai, o pioneirismo atual e a criação do estado. As terras pertencentes ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, antes do advento da colonização europeia, já eram povoadas e conhecidas por numerosos grupos indígenas. (ALMEIDA, 2005, p.128)

Portanto, os conflitos entre esses povos moldaram o espaço sul-mato-grossense até o final do século XIX. Segundo Almeida (2005), o processo de ocupação da área do sul do Mato Grosso certamente foi povoado pelos espanhóis durante o século XVI. Eles foram “[...] os primeiros a conhecerem e a trilharem parte das terras que compreendem o atual Mato Grosso do Sul²²”. (ALMEIDA, 2005, p.133).

Após a guerra da tríplice aliança, segundo Almeida (2005, p.139), “[...] o estado sofre um novo ciclo de povoamento, causado pelo retorno das famílias que estavam abrigados em Cuiabá [...]”, grande contingente de pessoas tanto brasileiros como paraguaio-guaranis se estabeleceram na região sudoeste do MS. Por conseguinte vieram também para região os gaúchos fugidos da Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1893-1895. (ALMEIDA, 2005).

Segundo Almeida (2005) com o término da guerra do Paraguai, os Guaicurus²³ e alguns militares do exército brasileiro, receberam terras como forma pagamento pelos serviços prestados durante o conflito entre as duas nações. De acordo com a autora em 1850

²² Em 1648, uns do bandeirante Antônio Raposo Tavares “quando esteve nas terras de Mato Grosso do Sul, as quais estavam na época sob domínio dos espanhóis, destruiu povoados e expulsou os espanhóis” (ALMEIDA, 2005, p.135). Após houve a entrada dos bandeirantes nas terras pertencentes ao Mato Grosso do Sul, houve três ciclos econômicos distintos: o ciclo de vacaria, ciclo monções e o ciclo do gado. Contudo o espaço ao atual do Estado MS era quase que despovoado, principalmente no sudoeste, apenas havia um núcleo de caráter militar representado pelo Forte Coimbra que almejada terras situadas à margem direita do rio Paraguai. Devido às instalações das colônias militares na porção sul do MT, garantiu mais segurança aos novos povoados, essas instalações militares distribuídas nas regiões foi uma forma que os portugueses encontraram para manterem a integridade do território sul-mato-grossense, contudo em “meados do século XIX o sudeste do estado era uma região disputada pelos paraguaio o que acabou culminando com a guerra da Tríplice Aliança, envolvendo o Brasil, Uruguai e Argentina versus o Paraguai entre 1864 a 1870”. (ALMEIDA, 2005, p.138).

²³ Guaicurus, “são remanescentes do grupo Mbayá-Guikuru, e está na margem oriental do Rio Paraguai; ao Sul, a cabeceira do rio Aquidaban, na serra da Bodoquena; ao norte cabeceira do rio Naitaca e dali até a foz com o rio Nabileque, indo depois desse ponto até a foz do Nabileque, no Rio Paraguai.” (ALMEIDA, 2005, 131-132).

alguns fazendeiros situaram-se na região abaixo da serra de Maracaju, com intenção de garantir maiores áreas para seus descendentes, assumindo áreas de terras em Jardim.

Embora o término da guerra do Paraguai tenha ocorrido em 1870, é somente após 1874 que o governo imperial brasileiro dá início aos trâmites de demarcação definitiva da fronteira com a república do Paraguai, constituindo, para tanto, uma comissão mista de limites. Durante os trabalhos de demarcação são identificados extensos ervais existentes até a cabeceira do rio Apa. (ALMEIDA, 2005, p.140)

Com a descoberta da erva-mate configurou-se novo arranjo econômico para o sul do Mato Grosso. Almeida (2005, p.140) afirma que as grandes “[...] propriedades ligadas à pecuária extensiva e a atividade ervateira, foram responsáveis pela conquista mais efetiva do Estado de Mato Grosso do Sul. No final do século XIX e início do século XX [...]”, a exploração e a comercialização da erva mate trouxeram grandes avanços econômicos para região, o que proporcionou a ampliação do fluxo de transporte pela hidrovia.²⁴

Implicando-se a esse desenvolvimento o interesse em escoar a produção para os outros Estados da Federação, que resulta na implantação de um porto em território brasileiro no rio Paraguai, surgindo aí o povoado de Porto Murinho, localizado no sudoeste do Estado. Neste contexto histórico, o desenvolvimento regional estava atrelado à expansão da atividade pecuária que conseqüentemente, estava aliada a boa qualidade dos campos e as condições ambientais favoráveis. (ALMEIDA, 2005, p.140)

As expansões das ferrovias para o Oeste colaboraram para o reordenamento urbano regional. A estrada de ferro Noroeste do Brasil, por exemplo, ampliou o desenvolvimento dos municípios de Campo Grande, Terenos, Maracaju, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo. Além disso, a vinda da ferrovia proporcionou a ligação do Sul do Estado de Mato Grosso com o Estado de São Paulo, o que estimulou a vinda de novos imigrantes para região Sul do Mato Grosso.²⁵

Assim, o Sul mato-grossense, em 1920, já comportava mais da metade da população do antigo Estado, fato que contribuía para a formação de mais povoados e o fortalecimento de outros, que se tornaram municípios até 1930. É o caso de Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, Bela Vista, Três Lagoas, Entre Rios (Rio Brillhante), Maracaju, Ponta Porã e Porto Murinho. (ABREU, 2001, p.53)

²⁴ ALMEIDA, 2005.

²⁵ ABREU, 2001.

Abreu (2001, p.55) afirma que “[...] o papel da ferrovia no processo de ocupação e transformação espacial do Sul de Mato Grosso, indica que sua construção ratificou uma economia já existente [...]”, uma economia baseada na criação de gados em fazendas de grande porte principalmente ao seu entorno.

No período pós-Segunda Guerra, foi marcado pela industrialização e formação do Mercado Nacional. O Centro-Oeste assume a posição de extensão do Sudeste devido à expansão da cultura de café em áreas do Sul de Mato Grosso e Goiás, fato que contribui para consolidação econômica da região. “A construção de Brasília pode ser considerada um marco nesse processo, pois conduziu milhares de trabalhadores, de várias partes do País, para o Planalto Central²⁶”. (ABREU, 2001, p.60).

As vias de comunicações, sobretudo as rodovias, traçam uma nova participação do Oeste Brasileiro no cenário econômico nacional. Os núcleos urbanos expandiram-se em função das suas ligações com São Paulo, embora permanecessem sem conexão interna, na própria região. Nesse sentido, é possível destacar, no início dos anos de 70, Campo Grande e Cuiabá, no espaço mato-grossense, como centros coletores e distribuidores dos produtos que demandavam aos mercados paulistas, principalmente. (ABREU, 2001, p.70)

Com a ampliação da produção agrícola na região do atual Mato Grosso do Sul, nos anos 60 e 70, a região se consolidou como fornecedora de produtos alimentícios e matérias-primas principalmente o estado de São Paulo. Esse período é entendido com o período de reorganização da agricultura brasileira e de avanço da fronteira agrícola. (ABREU, 2001)

Segundo Abreu (2001), o Estado através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO)²⁷ e o Complexo Agroindustrial (CAI)²⁸ se mantiveram em plena sintonia em conduzir as transformações realizadas no perfil da agropecuária e na configuração espacial do Sul Mato Grosso, área que correspondia uma grande extensão de cerrados, planos e “desocupados”, propicio para agricultura moderna.

²⁶ O programa de colonização “Marcha para Oeste” idealizado pelo governo Vargas, foi criada a Fundação Central do Brasil em 1943, e mais dois projetos de colonização: a Colônia Agrícola de Goiás em Ceres em 1941, a Colônia Agrícola de Dourados em 1943, onde ainda era Mato Grosso, porém, a implantação definitiva se deu apenas em 1948. (ABREU, 2001).

²⁷ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste é um órgão criado pelo governo Federal em 1967, tinha como o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. “A SUDECO implantou o projeto de venda da região sobre jurisdição a “Nova Fronteira” e a “Região de Solução” atrelada a idéia de industrialização de matérias-primas regionais produzidas, agroindústrias no sentido de exporta produtos semi-acabados e não apenas in natura”. (ABREU, 2001, p.07).

²⁸ “Complexo Agroindustrial, composto por um conjunto indissociável de sujeitos representativos dos interesses das empresas multinacionais (de implementos agrícolas, tratores e defensivos agrícolas)”. (ABREU, 2001, p.72).

A estratégia adotada pela política nacional de ocupação e intervenção na região Centro-Oeste baseou-se numa economia de racionalização, baseada na tríplice aliança²⁹, a agricultura careceria, da indústria para conseguir seus meios de produção. Contudo coube ao Estado o desempenho, de abastecer e conduzir as referidas condições para a garantia da reprodução do capital e da sociedade. Foram realizados investimentos em obras de infraestrutura (armazéns, rodovias, eletrificação etc.), assim como, foram oferecidos recursos financeiros a juros baixos aos proprietários rurais e aos empresários agroindustriais. (ABREU, 2001).

De acordo com Almeida (2005, p.121), “[...] a intervenção do Estado na região Centro-Oeste gerou transformações na estrutura do espaço regional [...]”. As intervenções feitas pelo Estado na região Centro-Oeste ocorreram em três momentos específicos. Primeiro, na década de 1950, com a construção de Brasília, que ocasionou uma nova organização espacial na região, segundo na década de 1970 com planos de estratégias de desenvolvimento econômico tanto no âmbito regional como nacionais de desenvolvimento, que condicionou um novo modelo de desenvolvimento capitalista para região. E o terceiro foi à intervenção estatal em 1977, com a divisão dos limites separando a área norte da área sul de Mato Grosso, criando o estado de Mato Grosso do Sul.³⁰

O processo de criação do estado do Sul do Mato Grosso em 1977 se deu pela característica espacial de reprodução do capital, por apresentar proximidades relacionais de produção existente nos estados do sudeste, especialmente São Paulo, contudo a criação de um novo estado atendia os interesses da política externa.³¹

A criação do estado do Mato Grosso do Sul também foi favorecida pelos aspectos históricos, localização, administrativo e cultural próprios da região sul do estado do Mato Grosso. Desse modo, Almeida (2005) nos assevera que:

[...] a divisão regional do trabalho evidenciava para o sul, a utilização de terras aos moldes modernos do capitalismo avançado é comparativamente diferente das formas de tipo feudal existente ao norte. Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual, diferenciando o norte do sul no aspecto geográfico, histórico, administrativo e cultural. (OLIVEIRA, 1996 citado por ALMEIDA, 2005, p.122)

²⁹Estado, Capital estrangeiro e a industrialização. (EVANS, 1979 citado por ABREU, 2001).

³⁰Segundo Duarte (1989, citado por ALMEIDA, 2005).

³¹De acordo com Oliveira (1993, citado por ALMEIDA, 2005).

Hoje a localização de Mato Grosso do Sul, está inserida numa região privilegiada por “[...] situar-se na rota de mercados potenciais do Mercosul³² e Costa do Pacífico [...]”³³. Além de fazer fronteira com Paraguai e Bolívia, por meio da Bacia do Prata tem ainda ligação com a Argentina, sua localização é favorável para o desenvolvimento econômico pela proximidade com seus centros consumidores, o Sudeste e o Sul do Brasil. Suas características econômicas são baseadas nos recursos naturais e na agropecuária. (ALMEIDA, 2005).

O Estado do Mato Grosso do Sul possui 79 municípios³⁴ subdivididos em “[...] quatro mesorregiões e em onze microrregiões geográficas. Isto evidencia as formas de organização do espaço revelando ainda, as disparidades regionais [...]”, (ALMEIDA, 2005, p.126).

As mesorregiões do Mato Grosso do Sul são: o Centro Norte, a Leste, o Pantanal e o Sudoeste. Já as microrregiões são: Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Nova Andradina, Paranaíba, Três Lagoas, Aquidauana, Baixo Pantanal, Bodoquena, Dourados e Iguatemi.³⁵

Segundo Almeida (2005, p.126), “[...] o processo de regionalização³⁶ do espaço em microrregião pode ser feito, pela vida de relações no nível local, isto é, pela interação entre áreas de produção, locais de beneficiamento, pela distribuição de bens e serviços de consumo frequentes [...]”. Assim a autora argumenta que a identificação por microrregiões favorece a uma organização do espaço em nível local.

A regionalização do Mato Grosso do Sul, divide o estado em nove regiões de planejamento, e cada uma dessas regiões possui um município polo regional, como podemos identificar no mapa da regionalização (Figura 1), de acordo o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR-MS, 2009).

³² Mercado Comum do Sul, criado em 1991, os países que compõem são Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela. (ALMEIDA, 2005).

³³ Almeida, 2005, p.122.

³⁴ Segundo IBGE (2013).

³⁵ Dados interpretados do quadro utilizado por Almeida (2005, p.123).

³⁶ “Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço” (GOMES, 2010, p.63),

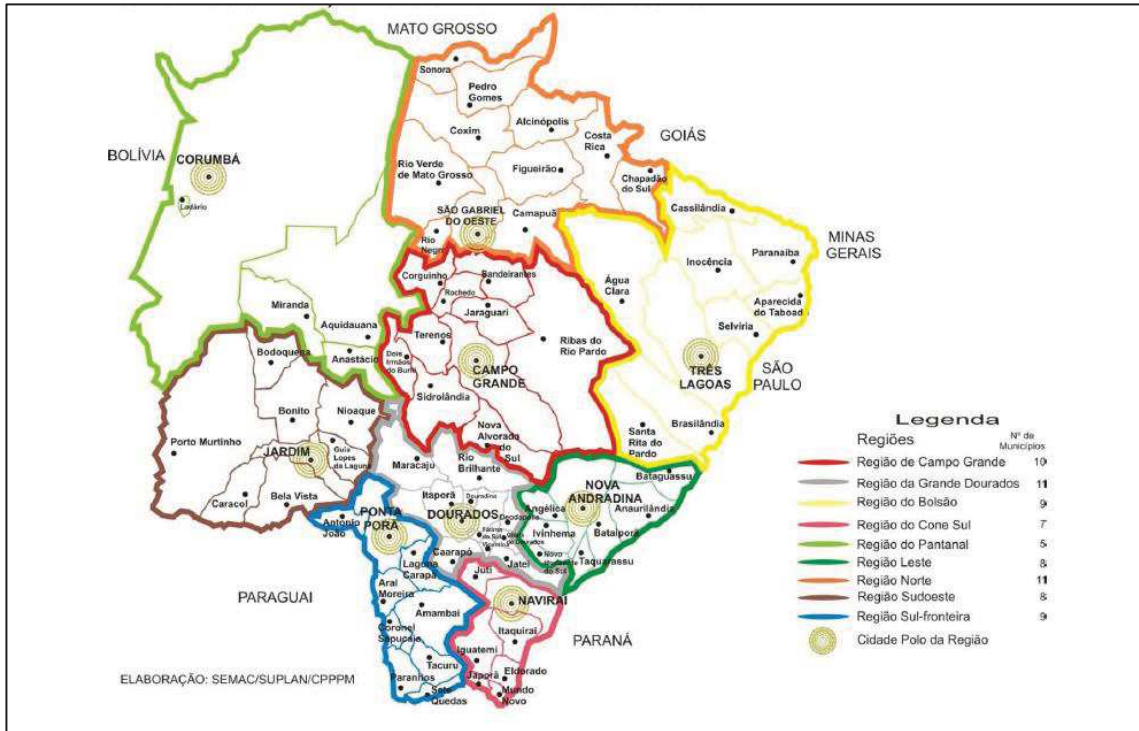


Figura 1- Regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul
 Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2009.

Neste contexto, o modelo de desenvolvimento adotado reflete a diferenciação e a especialização dos lugares, “[...] no Estado de Mato Grosso do Sul, os caminhos da política de integração econômica, mediante a modernização dos recursos e equipamento do território, acabam por aprofundar as diferenças regionais [...]” (ALMEIDA, 2005, p.202).

Contudo, as decisões políticas do Estado e das grandes empresas são responsáveis pelas densidades técnicas desiguais, resultando em “[...] áreas opacas, menos densa em termo técnico e as áreas luminosas de densidade, entretanto, subordinadas a uma mesma lógica [...]”.³⁷

A região Sudoeste atualmente é composta por oito municípios: Bela Vista Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho. O polo regional é a cidade de Jardim, que têm como estrutura econômica produtiva o turismo e a pecuária. Podemos observar na (Figura 2), os municípios que compõem a região sudoeste do Mato Grosso do Sul.

³⁷ ALMEIDA, 2005, p.202.

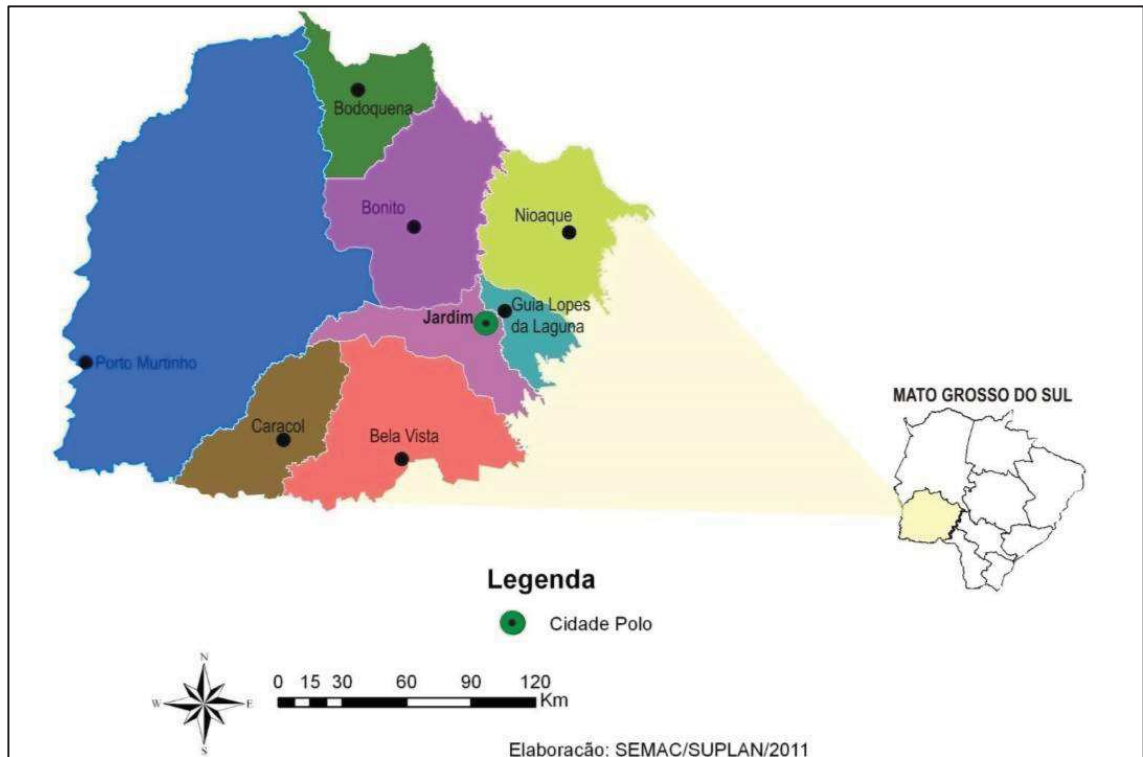


Figura 02 - Mapa da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2011.

Observando o mapa percebe-se que a cidade de Jardim, encontra-se localizada no centro da região sudoeste, o que facilita a polarização dos serviços (comércio e repartições públicas).

2.5. A produção do espaço urbano da cidade de Jardim-MS

Segundo Lima (2006), a história do povoamento da cidade de Jardim, teve início com a presença do exército brasileiro na região, a autora descreve que em 1934, o presidente brasileiro Getúlio Vargas destacou o 6º Batalhão de Sapadores da unidade de engenharia do exército com sede em Aquidauana, para construir estradas que ligassem Aquidauana-Porto Murtinho e Aquidauana-Bela Vista, passando pela região da atual cidade de Jardim-MS.

A autora ainda relata que em 1945 o governo federal extinguiu o 4º Batalhão rodoviário que se encontrava instalado a margem direita do rio Miranda (atual Guia Lopes da Laguna) e no mesmo ato criou a Comissão de Estradas de Rodagem (C.E.R-3), que se instalou “[...] a margem esquerda do rio Miranda, em terras da fazenda Jardim, de propriedade do senhor Fábio Martins Barbosa.” (LIMA, 2006, p.20).

O decreto federal em anseio às leis estaduais norteava as estratégias de ocupação oriunda da política de integração nacional do governo Vargas. A consolidação das fronteiras, segundo Gomes (2012), resultou na criação da C.E.R-3. O acampamento militar que antes se

localizava a margem direita do rio Miranda, passou a residir na margem esquerda do rio, onde iniciou o povoamento depois a criação da vila e conseqüentemente o município.

[...] o governo de Vargas, através da política de “Marcha para Oeste”, para fins da integração nacional, favoreceu a vinda de migrantes para a região de Mato Grosso do Sul. Além disso, outra medida que faz parte da mesma política, é ainda mais importante para a formação de Jardim-MS, trata-se da abertura de uma série de rodovias, tanto em escala regional, ligando municípios, quanto em escala nacional, favorecendo o escoamento da produção para a região industrializada. (GOMES, 2012, p. 29)

A C.E.R-3 estava subordinada ao Ministério dos Transportes, e seu primeiro comandante foi o major Alberto Rodrigues da Costa que ao assumir o cargo se inteirou das precárias condições em que viviam os funcionários civis e militares resolveu comprar do fazendeiro Fábio Martins Barbosa, uma gleba de 39 hectares de terras, para lotear e vender aos funcionários segundo Lima (2006) a “preços acessíveis”. Em 14 de Maio de 1946 os terrenos foram vendidos e, esta data foi marcada como a fundação do povoado de Jardim.

Segundo Almeida (2005), o major Alberto Rodrigues da Costa resolveu dar o nome para o povoado de “Vila Jardim” em homenagem a fazenda existente desde a época da Guerra do Paraguai. (LIMA, 2006). Com relação à história de Jardim-MS Medeiros (2002) relata que:

Tudo girava em torno da vida militar e esta se manifestava através da CER-3 (Comissão de Estradas e Rodagem nº 3), uma das organizações militares específica que foi criada em 1945 para substituir o antigo batalhão de Engenharia que, além de colonizar o interior, tinha por objetivo abrir estradas. Foram criadas unidades dessa natureza em Rondônia, em São José do Rio Preto e outras no Rio Grande do Sul. O objetivo era levar oficiais formados em área de engenharia para dirigir as obras. (MEDEIROS, 2002, p.24-25)

Segundo Medeiros (2002), a C.E.R-3 também era chamada de Organização Militar (OM), por ser diferente dos quartéis tradicionais, não havia soldados apenas oficiais sendo a “[...] maioria composta por engenheiros, topógrafos, desenhistas e de outras áreas técnicas necessárias à construção das estradas que interligavam as cidades da fronteira, num Estado de dimensões do então Mato Grosso [...]”. (MEDEIROS, 2002, p.26).

De acordo com Medeiros (2002) no início no povoamento de Jardim-MS, mais da metade da população eram empregados da C.E.R-3 os quais foram os fundadores da cidade. Ele também relata que naquele período as estradas eram construídas sem pavimentação. Contudo a cidade crescia cada vez mais. Como consequência de tal crescimento, aumentava a

carência por infraestrutura. Então coube ao Estado organizar essa nova cidade dando suportes básicos e necessários para sua fundação.

O município de Jardim-MS tem sua gênese ligada ao contexto de políticas desenvolvimentistas do governo de Vargas, no segundo quartel do século XX. Neste período, a preocupação de ocupação do território brasileiro e posterior integração nacional eram a grande pauta entre os geopolíticos, assim, muitas cidades surgiram em função da produção de estradas para alcançar o objetivo proposto, por consequência, nasceram vários municípios, dentre eles o de Jardim-MS. (GOMES, 2012, p. 23)

Desse modo, podemos inferir que o município de Jardim-MS surgiu a partir da iniciativa do governo federal de integrar o Oeste do Brasil a região Sudeste, através da construção de estradas. De acordo com Almeida (2005), devido ao aumento populacional no povoado, incorporando ao município de Bela Vista, foi elevado a distrito em 13 de Setembro de 1948. E sua emancipação político-administrativa ocorreu em 11 de Dezembro de 1953.

A cidade se desenvolveu as margens das rodovias BR 060 e BR 267, sendo que o período de maior desenvolvimento do tecido urbano foi na década de 80, quando foram criados a maioria dos loteamentos nas regiões periféricas da cidade. Atualmente, os bairros mais antigos da cidade tornaram-se mais custosos, como Centro e a Vila Angélica onde por concentrarem as melhores ofertas de infraestrutura urbana. Como podemos observar na Figura 3, a área central da cidade em 2001.



Figura 3- Vista panorâmica da cidade de Jardim-MS, destacando a bifurcação das BR-267 (à esquerda) e a BR-060 (à direita).

Fonte: ALMEIDA, 2005.

A sede de Jardim-MS, ou seja, a porção urbana do município de Jardim-MS é composta por bairros e conjuntos habitacionais (Ver Anexo: Planta Urbana de Jardim-MS, com a delimitação dos bairros).

2.6. Caracterização do município de Jardim-MS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), censo 2013, a população total do município é de 25.180 habitantes, sendo 23.575 na área urbana e 1.605 na área rural.

A economia do município é baseada no setor de serviços que é responsável por 67.9% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Já o setor primário é a segunda maior fonte de renda do município, sendo responsável por 12.39% do PIB. Agropecuária se destaca como a principal atividade econômica rural, mais de 65% (144.280 hectares) área total do município são de pastagens naturais. (JARDIM, 2011).

O município de Jardim-MS localiza-se na região da Serra da Bodoquena, pertencente à microrregião homogênea, denominada Bodoquena e a mesorregião Sudeste do Mato Grosso do Sul. Jardim-MS está a 193 km da capital Campo Grande.

Jardim-MS limita-se ao norte com Bonito e Guia Lopes da Laguna, ao sul com Bela Vista e Ponta Porã, e a leste com Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna e a oeste com Caracol, Porto Murtinho e Bela Vista. (JARDIM, 2011).

CAPÍTULO III: O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

3.1. Considerações sobre o espaço urbano

O interesse de se estudar a cidade é pelo fato de ser ela o lugar onde vive a maior parcela da população. De acordo com Corrêa (2004, p.05) “[...] é nela onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, ou seja, no próprio urbano, na produção da cidade, a cidade é o principal lugar dos conflitos sociais”.

Para Carlos (2011, p.45), “A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações [...]”, ou seja, o modo de ocupação de um determinado lugar da cidade ocorre a partir da necessidade de se produzir, consumir, habitar e viver, pois o ser humano necessita ocupar um determinado lugar no espaço.

Sendo assim, como um conjunto de usos sobrepostos, o espaço urbano revela-se simultaneamente articulado e fragmentado, sendo o centro da cidade o núcleo de articulação das diversas áreas fragmentadas em razão dos diferentes usos do/no espaço. É como afirma Corrêa:

Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade [...]. (2004, p.07)

“As diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido tradicionalmente, o centro da cidade este é um momento de apreensão do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado [...]”, (CORRÊA, 2004, p.08). Desse modo o espaço urbano seria reflexo da sociedade sendo, sob a lógica capitalista, dividido em áreas residenciais segregadas que se refletem numa complexa estrutura social de classes.¹

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto que, a cada

¹ (CORRÊA, 2004).

transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece [...]. (CORRÊA, 2004, p.11)

Segundo Corrêa (2004), os agentes sociais fazem e refazem a cidade por meio de suas estratégias e ações visíveis no processo de fazer e refazer a cidade, segundo o autor quem produz o espaço urbano são os agentes sociais: “[...] os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos”. (CORRÊA, 2004, p.12).

Em conjunto esses agentes sociais vão produzir o espaço urbano conforme seus interesses. Deste modo, temos os proprietários dos meios de produção produzindo e consumindo o espaço como base para produção e circulação de suas mercadorias; os proprietários fundiários em articulação com os promotores imobiliários vão negociar com a terra urbana, visando extrair lucros, muitas vezes por meio da especulação na venda de parcelas do espaço; os grupos sociais excluídos produzirão e consumirão as parcelas da cidade menos valorizadas, onde sua condição de renda permite comprar (mais a frente nos atermos mais a esta parcela da sociedade); o Estado opera como mediador destes usos através das leis e diretrizes que adota, atuando também como produtor do espaço na criação de conjuntos habitacionais, escolas, ruas, praças, etc. (CORRÊA, 2004).

Na lógica de atuação desses agentes sociais, o que se percebe é que geralmente sobressaem os interesses dominantes, advindos dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários e os promotores imobiliários. São aqueles que detêm algum capital, acumulando-o por meio da produção e negociação de mercadorias, ou mesmo, por meio da especulação imobiliária. Suas ações variam no tempo e no espaço, de acordo com as lógicas vigentes (crise econômica, escassez de terra urbana, variações no mercado de ações, etc.). O Estado, que deveria ser o garantidor das condições básicas de vivência (não de sobrevivência), atua inclinando suas ações a favorecer estes agentes sociais. (CORRÊA, 2004).

Numa apreensão mais detalhada da ação destes agentes, temos os proprietários dos meios de produção, que segundo Corrêa (2004, p.13) são “[...] os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço [...]”, essas empresas precisam de terrenos amplos e baratos para suas instalações “[...] junto ao porto, as vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade a população”. (CORRÊA, 2004, p.13). Em Jardim-MS são poucas as indústrias, as que se localizam na cidade são de pequeno porte, concentrando-se no Parque Industrial da mesma. Nesse sentido, não podemos conferir grande importância – apesar de existir uma ação

localizada e de pequena escala no espaço urbano da cidade – aos proprietários desses meios de produção (indústrias) em Jardim. Podemos, de fato, concebê-los como os comerciantes localizados no centro da cidade, que aglomeram-se nesta porção do urbano, valorizando o entorno com sua concentração e as infraestruturas que recebe do Estado. (GOMES, 2012).

Quanto aos proprietários fundiários, estes são os proprietários de terras que:

[...] atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial [...], tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários fundiários. Alguns, o mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura[...]. (CORRÊA, 2004, p.16)

Os proprietários de terras também pressionam o Estado “[...] visando a instalações de infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura [...]” (CORRÊA, 2004, p.18), tais investimentos valorizarão a terra ao longo do tempo, assim elevando o preço de áreas que conseqüentemente serão destinadas a população com alto poder aquisitivo. Contudo as áreas onde não tem infraestrutura ficam esquecidas pelo Estado.

Estas terras da periferia de amenidades são destinadas a população de status. Como se trata de uma demanda solvável é possível aos proprietários fundiários tornarem-se também promotores imobiliários, loteiam, vendem e constroem casas de luxo. Criam-se bairros seletivos em setores de amenidades: como a palavra periferia tem sentido pejorativo, estes bairros fisicamente periféricos não são mais percebidos como estando localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos. (CORRÊA, 2004, p.18)

Por outro lado, “[...] aos proprietários dos terrenos mal localizados, em periferias sem amenidades, resta apenas outra estratégia”.²

Em uma cidade onde existe uma segregação sócio-espacial, com um setor periférico, não apenas distante do centro, mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevação do status não restam aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com mínimo de infraestrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesses desses proprietários em se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realização o loteamento: as habitações serão

² (CORRÊA, 2004, p.19).

construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais. (CORRÊA, 2004, p.19)

De acordo com Corrêa, as ações dos promotores imobiliários se dão por meio de:

[...] incorporações, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades construídas, a propaganda e a venda das unidades; financiamentos, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e a construção do imóvel; estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos [...]; construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas especializadas [...] e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros [...].(CORRÊA, 2004, p. 20)

Contudo essas operações serão atuadas por diferentes tipos de agentes que vai desde o proprietário-construtor do terreno ao clássico agente que produzirá pequenos imóveis e as firmas que atuam como incorporadoras, “[...] aquelas que se especializam na construção ou numa etapa do processo produtivo como a concretagem de cimento há outras que incorporam e constroem”³. Em Jardim-MS a ação dos promotores imobiliários verifica-se na atuação das imobiliárias (loteadoras e/ou agenciadoras de compras e aluguéis de imóveis) e corretores de imóveis (negociadores de compra e aluguéis de imóveis).

As estratégias adotadas pelos promotores imobiliários são fruto do capitalismo, pois “[...] na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas mais populares”. (CORRÊA, 2004, p.21).

Porém, nota-se que os interesses dos proprietários fundiários juntamente aos interesses do promotor imobiliário e da indústria de material de construção apenas são “[...] produzir habitações com inovação, com valor de uso superior as antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares”. (CORRÊA, 2004, p.21). Estas camadas, impossibilitadas que são, por sua condição de renda, de adquirir um imóvel bem localizado e com estruturas (casas de médio padrão) cada vez mais caras, pelo aumento do preço de materiais de construção, não veem alternativa que, buscar as periferias, onde o preço do terreno (distantes das infraestruturas da cidade) ou da habitação (padrão humilde das casas) é mais acessível (Veja Anexo - Valores Venais). É o que ocorre no Bairro Santa Luzia, localizado em uma zona periférica de Jardim-MS, com um padrão bastante simples de moradias, e infraestruturas mínimas implementadas pelo poder

³CORRÊA, 2004, p.20

Público (ruas não asfaltadas, iluminação pública, e uma pequena escola de educação infantil). (Ver Figuras 5, 6, 7 e 8).

O papel do Estado é de suma importância para entendermos a produção do espaço urbano. Como ressalta Corrêa, o Estado age tanto na organização quanto na produção espacial da cidade, assim atua:

[...] diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. [...]. As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes. Através de órgãos como a COHAB, por outro lado, o Estado torna-se promotor imobiliário. (2004, p.24)

De modo geral a população espera do Estado a “[...] implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo [...]”⁴, moradia, educação, saúde, emprego. Porém, suas ações, se voltam a atender a parcela privilegiada da sociedade. Para os grupos sociais excluídos ficam as sobras dos recursos públicos que além de serem destinados, em sua maior parte, aos grupos dominantes, se perdem no sistema desonesto de desvio de verbas.

Segundo Corrêa (2004, p.26), “[...] a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal, cada um destes com atuação diferente [...]”, para o autor, em nível municipal o discurso apresentado é menos eficaz, devido à legislação que garante a municipalidade, ou seja, muito poder sobre espaço urbano, esses poderes que sobrevivem “de uma longa tradição reforçada por uma economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para elites locais”.⁵

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. Tendo em vista estes propósitos o Estado capitalista cria mecanismos que levam a segregação residencial e a sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado. Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial. (CORRÊA, 2004, p.26)

⁴ CORRÊA, 2004, p.24.

⁵ CORRÊA, 2004, p.26.

Quanto aos grupos sociais excluídos, de acordo com Corrêa (2010, p.29), “[...] na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente [...]”. As classes com alto poder aquisitivo procuram morar em bairros bem localizados com infraestrutura, e onde terão vizinhos com o mesmo padrão econômico, por outro lado à classe de menor poder aquisitivo não terá o mesmo acesso aos bens e serviços.

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão à subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desempregado ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado. (CORRÊA, 2004, p.29)

Para o autor, os grupos excluídos têm como possibilidade de moradia os lugares intensamente ocupados ou imóveis antigos que no passado foram ocupados por elites, em cortiços próximos do centro da cidade ou casas construídas pelo sistema de autoconstruções em áreas periféricas, ou ainda os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, a maior parte, distantes do centro, e por último, a favela. Estas possibilidades de moradia estão subordinadas às ações dos proprietários de imóveis que agem como agentes modeladores, aos proprietários fundiários, donos dos terrenos periféricos e ao Estado que produz conjuntos habitacionais. Porém, como ressalta Corrêa (2004), estas ações não conferem, em princípio, à população de menor poder aquisitivo a condição de agentes modeladores da cidade.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornaram-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-empulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (p.30)

Resistência e sobrevivência no sentido da apropriação de terrenos muitas vezes, considerados impróprios para os outros agentes da produção do espaço. Nestas porções da cidade, na franja urbana – a transição do urbano para o rural, de acordo com Corrêa (2007) – é que irão se concentrar a parcela da população com menores condições econômicas. Estes locais serão palco de suas vivências cotidianas, de suas relações de vizinhança, base a partir

do qual tecerão suas relações com outras localidades da cidade, enfim, são nestas porções espaciais da cidade, que se estabelecerá o lugar. (CARLOS, 2007).

De acordo com Corrêa (2004, p.19), “[...] criam-se loteamentos populares na periferia urbana [...] perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana, fruto de uma ação espacialmente diferenciada dos proprietários fundiários [...]”, podemos observar na Figura 4 esse fenômeno citado: o bairro Santa Luzia encontra-se localizado numa zona periférica da cidade, com aspecto rural, porém mesmo inserido no espaço urbano. O bairro fica longe do centro da cidade, além de não ter transporte coletivo suas vias, como podem ser observadas, não são pavimentadas (Veja também Figuras 5, 6, 7 e 8), afinal para que facilitar/potencializar a circulação dos indivíduos que ali habitam, se suas condições de renda não lhes conferem importância frente aos “olhos” do Estado? Ou, para que pavimentar se somente um habitante do bairro possui carro? Outro ponto que chama a atenção na figura é a presença marcante de características rurais, com cercas marcando o limite entre a cidade e o campo.

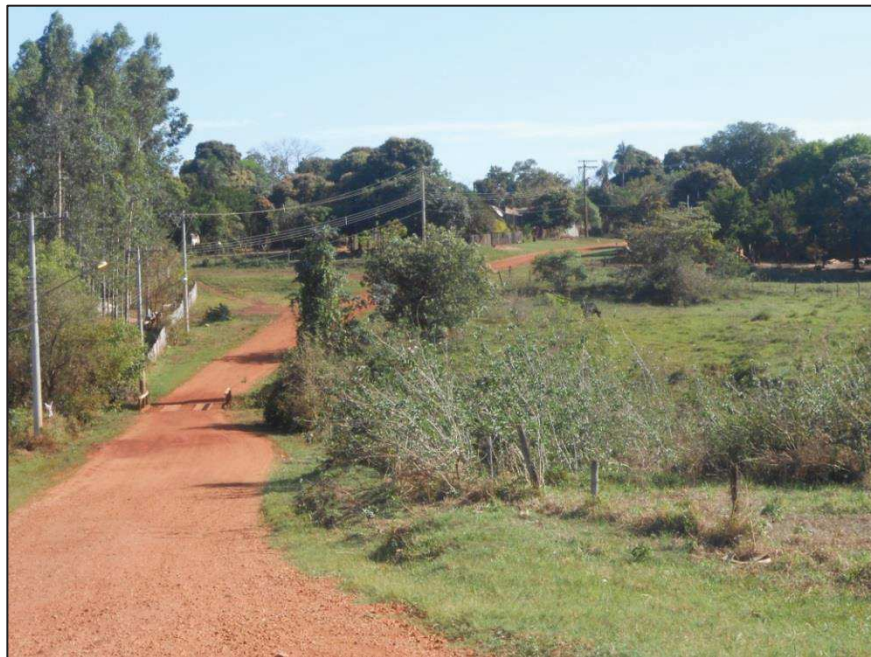


Figura 4- Rua Santa Terezinha umas das vias de acesso para o bairro Santa Luzia.

Fonte: GOMES, E. V. Pesquisa de Campo, 2013.

Reflexo da produção espacial da cidade, a imagem acima apresenta as características que lhe dão conteúdo, mas não nos dá a chave para explicar sua formação. Para tal, se faz necessária a análise dos processos que lhe conferiram suas formas e usos. Passemos então, a discutir mais especificamente sobre a produção desigual no e do espaço urbano, articulando com o nosso objeto de estudo.

3.2. A produção desigual no/do espaço urbano

Segundo Carlos (2011, p.41), “[...] a população mais pobre procura as áreas mais distantes, mas por outros motivos: os terrenos são mais baratos, falta infraestrutura e existe a possibilidade de autoconstrução [...]”. Esse modelo de autoconstrução⁶ é bem marcante no bairro Santa Luzia, pois a maior parcela dos moradores desse bairro pertence aos grupos excluídos da lógica do capital, devido ao pouco poder aquisitivo, sendo assim compram lotes mais baratos nesse bairro que está localizado em uma área periférica sem infraestrutura, esses moradores constroem suas próprias casas sem planejamento de um engenheiro ou arquiteto e sem fiscalização dos aparelhos municipais, esse modelo de autoconstrução fica mais barato, e conseqüentemente o valor do IPTU⁷ (Imposto Predial e Territorial Urbano), cobrado fica no preço mais acessível. (Ver Anexo - Valores Venais).

Podemos observar nas imagens a seguir casas produzidas no bairro Santa Luzia em Jardim-MS:



Figura 5- Casa situada na rua Santa Terezinha.
Fonte: GOMES, E. V. Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 6- Casa situada na rua Santa Bárbara.
Fonte: GOMES, E.V. Pesquisa de Campo, 2013.

⁶Autoconstrução, diz-se do processo de construção de moradias exercido com o emprego do tempo de descanso (fins de semana, feriados, férias), individual ou coletivamente. Quando a atividade é exercida coletivamente, pode ser chamado de mutirão, que equivale, assim, ao auxílio que se prestam os habitantes do bairro, reunindo se todos e realizando a construção de moradia em proveito de um só, que é o gratificando, mas que ajudará os outros a fazerem outras moradias para aqueles que participam da atividade. (SPOSITO, 2010, p.85).

⁷“O cálculo dos impostos sobre propriedade territorial - IPTU, este é feito de duas maneiras. Uma para o imposto territorial, onde se considera a área do terreno, o valor unitário do terreno em m²/R\$ (valor este proveniente da planta e da tabela de valores, definidas pelo governo local e atualizadas por meio do Decreto N° 066/2007, de 28 de setembro de 2007), e uma alíquota também definida pelo Código Tributário municipal. São duas alíquotas para os terrenos: 1% para lotes com edificações e 2% para lotes vazios”. (JARDIM, 2011, p.178).



Figura 7- Casa situada na rua São João.
Fonte: GOMES, E. V. Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 8- Casa situada na rua São Benedito.
Fonte: GOMES, E. V. Pesquisa de Campo, 2013.

Longe de apresentarem um padrão arquitetônico que causa impressão aos que passam na rua, as casas nas figuras acima são de um padrão simples. É fácil notar que apresentam características de não acabadas, pois observamos o vermelho dos tijolos à vista nas Figuras 5 e 8, nas casas das Figuras 6 e 7, apesar de o reboco cobri-las quase que totalmente, se apresentam também como não acabadas, pois a tinta que poderia dar novos ares a habitação é deixada de lado (na Figura 8 a pintura já está desbotada), frente às necessidades mais urgentes, como comer. As cercas de pau-a-pique, que longe de representarem segurança, apenas marcam os limites de seus terrenos, que na Figura 7 é de um tamanho subnormal. Os espaços de lazer destas habitações (seus terrenos) estão de forma tão reduzida, que a rua torna-se uma das únicas possibilidades de realização de tais práticas.

Como observou-se em pesquisa de campo, a infraestrutura implementada pelo Poder Público se resume à abertura e manutenção das ruas, à instalação, em convênio com a rede de energia elétrica e iluminação pública (ENERSUL) e da rede de abastecimento de água, implementada em convênio com a SANESUL. Há também no bairro uma escola de educação infantil de pequeno porte. As ações do Estado inclinam-se, de fato, para outras localidades da cidade, onde encontram-se as classes dominantes:

A nível infra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo, ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono. (SPOSITO, 2010, p.74)

Utilizando-nos dos argumentos de Sposito, podemos entender que a configuração do tecido urbano de Jardim atendeu aos interesses dos agentes sociais dominantes, que ao concentrar os serviços públicos e também comerciais no centro da cidade, agrupando a

parcela da sociedade com alto poder aquisitivo, gerou o aumento dos preços de terrenos e casas, e conseqüentemente a população com menor poder aquisitivo sem condições de comprar imóveis nesse local não tiveram alternativa, a não ser morar nos lugares mais afastados do centro. Segundo Gomes (2012, p.85), há outras porções espaciais da cidade, “[...] que não apresentam uma concentração comercial, mas são bem servidas de infraestrutura, tais como a região da COHAB Aeroporto, partes da Vila Angélica e da Vila Camisão”.

Os bairros mais povoados da cidade, onde se concentram os grupos sociais excluídos, carece de infraestrutura, apresentando poucos serviços necessários instalados, o que caracteriza uma situação de exclusão. Para Sposati (1998, p.08), situação de exclusão é “[...] viver em precária qualidade de vida urbana, provocada pela segregação espacial da pobreza com poucos serviços instalados e difíceis condições de acesso aos serviços”. São expressões da exclusão, segundo a autora:

Baixa possibilidade de uso dos serviços público. Ausência de infraestrutura (telefone, correio, água, esgoto, luz, asfalto, coleta de lixo, transporte, etc.). Baixa e precária oferta dos serviços sociais à população (na saúde, educação, na cultura, no abastecimento, etc.). Dificuldade de acesso a recursos para qualidade de vida urbana. Precária condição ambiental. Moradia em áreas de risco sujeitas a desabamento, incêndios, pedreiras, junto a depósitos de lixo, Inflamáveis, etc. incompatibilidade da oferta de serviços e as condições de vida efetiva da população. Ineficiência dos serviços públicos e desrespeito, em seu funcionamento, à dignidade do cidadão. (SPOSATI, 1998, p.08)

Deste modo, podemos entender que o bairro Santa Luzia encontra-se localizado em uma área de exclusão por apresentar ausência de infraestrutura como esgoto, asfalto, transporte, baixa e precária oferta dos serviços sociais como saúde, educação e cultura e incompatibilidade de oferta de serviços.

Neste sentido, a cidade é o meio de consumo coletivo, ou seja, bens e serviços, para reprodução da vida dos homens, “[...] é o lócus da habitação e tudo o que habitar implica na sociedade atual a necessidade de escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais, lazer, compras, etc.” (CARLOS, 2011, p.46).

3.3. Considerações sobre o conceito de “Bairro”

Segundo Teixeira e Machado (1986, p.66), “[...] um bairro se define ou se individualiza por três elementos: paisagem urbana, conteúdo social e função [...]”, a paisagem urbana se refere ao estilo e idade das construções, o conteúdo social ao padrão de vida de seus moradores, e a função refere-se “a atividade básica que o bairro desempenha dentro do

organismo urbano, isto é, função residencial, comercial ou administrativa, para qual desenvolve um determinado equipamento funcional”. (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.66).

O bairro caracteriza-se como sendo um lugar onde está presente predominantemente, embora não exclusivamente, uma população e/ou uma função particulares, bairros operários, bairros residenciais, bairros comerciais, bairros sociais... expressões que, em alguns casos, se convertem. Assim, centro polifuncional com populações diversas e bairros caracterizados predominantemente por um tipo de população e/ou uma função, parecem-nos ser os elementos constitutivos necessários a vitalidade duma cidade. (GONÇALVES, 1988, p.17)

Cada bairro desempenha uma função específica na produção da cidade, sendo indispensáveis ao equilíbrio urbano. Alguns bairros serão predominantemente operários, residenciais, comerciais e sociais. De acordo com Gonçalves (1988, p.20), os “[...] bairros são indispensáveis ao equilíbrio da cidade e ao seu dinamismo”.

Uma cidade é um conjunto de bairros, cada um com fisionomia própria, resultante da sua função, de seus habitantes e de sua idade. Todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma. (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.67)

De acordo com Teixeira e Machado (1986, p.67), “A noção de bairro [...] se baseia no sentimento coletivo dos habitantes, no conhecimento global, numa percepção, fruto da coexistência de uma série de elementos que dão ao bairro uma individualidade”. Esta noção de bairro parte do preceito popular, que pontua que é “mais rica e mais concreta do que qualquer outro tipo de definição”. (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.67).

Azevedo (2011, p.02) afirma que “[...] não existe uma tradição no estudo geográfico acerca do conceito de bairro, ao contrário, este, apesar de explorado como recorte espacial, padece de maiores discussões teóricas na geografia [...]”. Segundo o autor, a única discussão teórica a respeito de bairro tem sido superficial, pois parte apenas da Geografia urbana clássica e da Geografia da Percepção e do Comportamento. (AZEVEDO, 2011).

O reconhecimento de um determinado bairro e seus limites é fruto de um sentimento da população, de sua percepção. Essa percepção sofre alteração ao longo do tempo. Conforme os bairros vão evoluindo, vão se expandindo em espaço e população, tornando-se mais complexos, tendendo a uma subdivisão através do surgimento de sub-unidades ou sub-bairros. Ao longo desse processo, a percepção do morador, passa por estágios de indefinição, quanto ao novo bairro e seus limites, enquanto os novos bairros vão se afirmando em seus limites ao longo do tempo. (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.67)

Para Teixeira e Machado (1986, p.67), o bairro é determinado por seus limites, produto dos “[...] órgãos encarregados de elaborarem plantas de cidade e delimitação de bairros [...]”, o bairro também pode ser determinado pelos sentimentos de seus moradores porque é o lugar onde vivem, produzem, consomem. Contudo cabe aos órgãos encarregados definir as ruas de cada bairro, porém em alguns casos essa definição é feita com “[...] base no conhecimento que os elaboradores do Guia têm sobre a cidade”.⁸

A Companhia de Correios e Telégrafos:

[...] define os bairros de acordo com seus carteiros, que trabalham sempre na mesma área, utilizando para orientação, uma planta elaborada internamente. São também os carteiros encarregados de anotarem qualquer mudança ocorrida em campo, como por exemplo, nome de ruas indicadas por letras ou mudança no próprio nome da rua. (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.67)

Segundo Azevedo (2011, p.04), “[...] esta perspectiva valoriza a experiência do indivíduo e os significados que atribui aos lugares [...]”, podemos compreender o bairro a partir da convivência cotidiana de seus moradores, “centrada na vivência imediata do homem com o espaço”. (AZEVEDO, 2011, p.04).

Na figura abaixo, podemos observar na imagem o espaço urbano, “[...] manifestado no interior da cidade desde a casa até a cidade, por intermédio da rua e do bairro, respectivamente, em que cada unidade apresentará sua morfologia particular”. (AZEVEDO, 2011, p.03).



Figura 9- Escalas do interior da cidade.

Fonte: BEZERRA, 2011.

Nesta figura podemos notar que os estudos acerca do espaço urbano buscam “compreender a organização interna do bairro e sua relação à escala da cidade”.⁹

A análise do conteúdo do espaço identificado como bairro demonstra que foram utilizados como critério: a paisagem urbana, englobando as

⁸ TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p.67.

⁹ AZEVEDO, 2011, p.03.

edificações de maior gabarito e a função urbana, em que foram incluídos o centro comercial do bairro e os condomínios de edifícios multifamiliares. (AZEVEDO, 2011, p.03)

De acordo com Azevedo (2011), o bairro deve ser compreendido enquanto uma construção particular daquele lugar e como uma realidade utilitária para os moradores que ali residem.

[...] o bairro pode ser visto como um catalisador simbólico, como um substrato para a realização das contradições do modo de produção capitalista, pode tornar-se um lugar privilegiado para a criação de movimentos de resistência às ordens globais, em que, as relações horizontais, de solidariedade ou das lutas locais, podem se sobrepor à lógica das redes verticais. (AZEVEDO, 2011, p.06)

O modo de produção capitalista, sobretudo o monopolista alterou a dinâmica e as relações internas da cidade, conseqüentemente modificando também as funções que cada bairro exerce sobre a composição urbana.

Além do bairro existem no espaço urbano as chamadas ilhas, que segundo Gonçalves se caracterizam como um tipo de habitação operária, que se expandiu na segunda metade do século passado, formado por pequenas casas em filas ou dois alinhados.

A estrutura espacial destas ilhas caracteriza-se por uma compacidade relativamente elevada do espaço construído, resultante da forma de aproveitamento do espaço em profundidade e perpendicularidade aos eixos das ruas, espaços de circulação sem hierarquia funcional, de interesse quase exclusivamente local, e espaços verdes muito fragmentados. (1988, p.19)

Segundo Gonçalves (1988, p.19), “[...] estas ilhas estão ligadas a imigração rural para cidade e ao desenvolvimento industrial da cidade [...]”. As formações destas chamadas ilhas procuraram se estabelecer principalmente perto das zonas industriais e “[...] ocupadas predominantemente por operários, sobretudo em bairros de origem rural”.¹⁰

Surgem, entretanto, novas formas de urbanização, caracterizadas pelas funções sociais do urbanismo, de concepção utilitária e econômica e com uma densa ocupação funcional do espaço construído. É o caso, entre outros, dos bairros de casas econômicas ou de moradias populares, situados em antigas áreas de terrenos agrícolas. (GONÇALVES, 1988, p.20)

Um exemplo desse modelo, citado por Gonçalves (1988), é o bairro Santa Luzia localizado em uma área com características rurais, visto que parte de seus moradores são oriundos do campo, eles tem a sensação de ruralidade no bairro. A Figura 10 traz a delimitação do recorte espacial do bairro Santa Luzia e o traçado de suas ruas.

¹⁰ GONÇALVES, 1988, p.19-20.



Figura 10- Delimitação do bairro Santa Luzia - Jardim/MS.

Fonte: maps.google.com.br.

Adaptação: GOMES, 2013.

O que marca, na paisagem é a característica de ruralidade, por se situar na periferia de Jardim-MS, o bairro Santa Luzia encontra-se na transição do urbano para o rural, fazendo limite com fazendas, e sendo rodeados por chácaras, como pode ser visto na figura 10. Esta porção do espaço urbano de Jardim-MS, apresentado em recortes de casas e imagem de satélite, apresenta dinâmica exercida pelos os que ali habitam. Estes preenchem a paisagem de vida, dando significado ao espaço, desdobrando uma série de usos sobre o mesmo. Esta porção da cidade, como já argumentado, é produto da relação da sociedade com o espaço, num processo contínuo de elaboração de formas e usos. Sobre este processo, centrando-nos no nosso objeto de estudo, passemos ao histórico de produção desta parcela específica do espaço urbano de Jardim-MS, bem como à análise socioeconômico de seus moradores.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO BAIRRO SANTA LUZIA NA CIDADE DE JARDIM-MS

O bairro Santa Luzia localiza-se próximo ao cemitério municipal de Jardim-MS, este precedeu a existência do bairro, mas não podemos afirmar que influenciou na origem da localidade. Podemos argumentar que, as dinâmicas produtivas do espaço urbano de Jardim-MS, que a partir da década de 1980, recebe uma população migrante da zona rural do entorno do município, resultando na expansão do perímetro urbano da cidade, por meio da abertura de loteamentos, alguns deles de caráter periférico, alcançou áreas até então distantes do núcleo urbano, como o cemitério municipal¹. (GOMES, 2012).

Até 1981 só existia o cemitério na localidade, não existia nenhum bairro ao entorno, apenas havia a existência de muitas chácaras. Podemos observar na Figura 11, o Mapa com a representação cronológica da formação do espaço urbano de Jardim-MS.

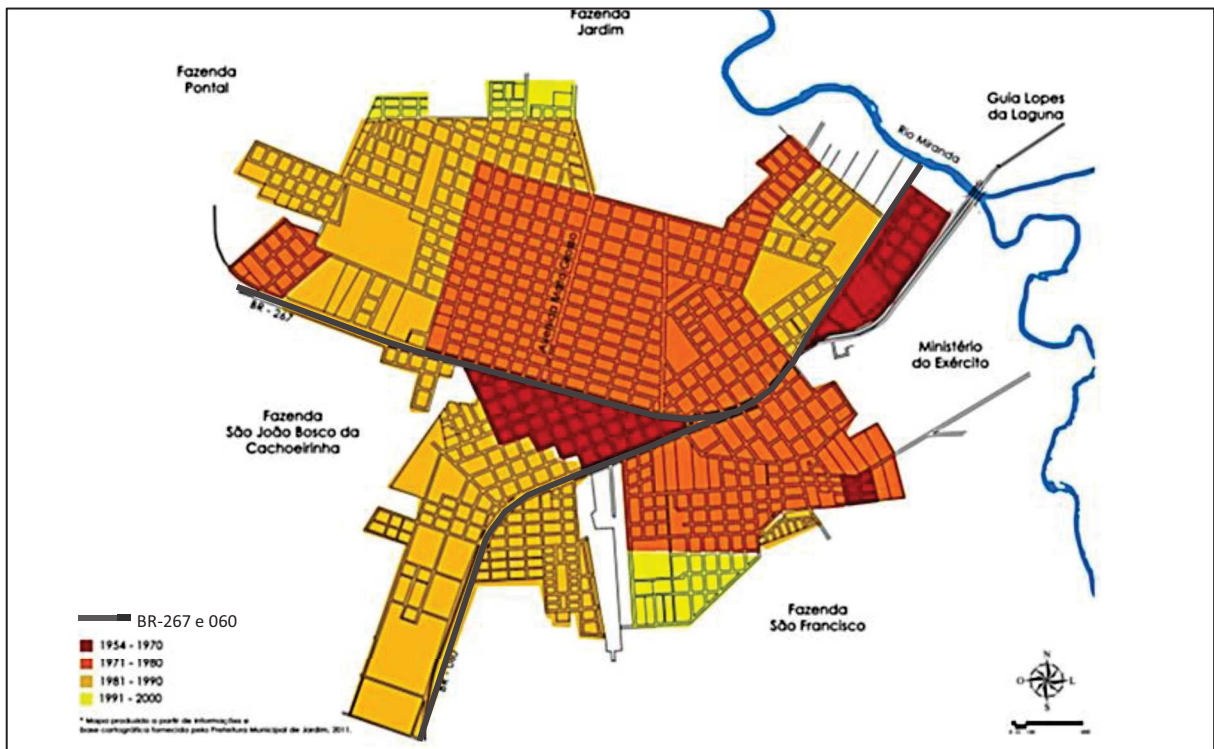


Figura 11- Processo de ocupação urbana segundo o Plano o Diretor de Jardim.

Fonte: JARDIM, 2011.

¹ Criado na década 50 pelo segundo prefeito de Jardim-MS, Estácio Cunha Martins, na época o cemitério se chamava Cachoeirinha, em referência ao córrego que banha as terras das redondezas.

De acordo com figura 11, entre 1954 a 1970, o processo de loteamentos se deu ao entorno das rodovias construídas pela C.E.R-3 (BR 267 e 060) na entrada da cidade entre Guia Lopes da Laguna e Jardim, onde hoje é a vila Major Costa e o centro comercial da cidade. Podemos interpretar que entre 1971 e 1980, aconteceu a maioria dos loteamentos que ocasionou o rápido crescimento do tecido urbano, onde a cidade saltou de tamanho comparado aos anos anteriores. Podemos ainda notar que o bairro Santa Luzia foi loteado nessa época. Entre 1981 a 1990 foram criados grande parte dos bairros periféricos da cidade, sendo Jardim Panorama I e II, Santa Tereza e os conjuntos habitacionais Seac, Oswaldo Monteiro, Parques das Araras. E os bairros mais recentes foram loteados de 1991 a 2000, hoje os loteamentos estão localizados na saída para Bela Vista onde há muitas áreas de chácaras, ou seja, uma nova configuração do perímetro urbano de Jardim.

Esse mapa disponível no Plano Diretor Participativo (PDP) - Produto 2, 2011, traz a data e a localização dos loteamentos totalmente equivocados, ou seja, não está correto, o mapa demonstra que a criação do bairro Santa Luzia se deu entre 1971-1980. Porém de acordo com a Escritura de loteamento nº 4.432 de 11 de Janeiro de 1982 (Ver Anexo – Registro de Loteamento denominado “Vila Santa Luzia”, nº 4.432) documento fornecido pela imobiliária Miragem (hoje um escritório de contabilidade), que na ocasião ficou encarregada do projeto, o bairro foi loteado em 1982.

Outro equívoco observado, a partir do levantamento de dados, no PDP de Jardim-MS se refere ao fato da localização dos primeiros loteamentos criados pela C.E.R-3, destacado entre 1954-1970, sendo a localização da área também incorreta. Na Figura 12, podemos observar uma versão mais correta do processo de loteamentos na e da cidade de Jardim-MS, pois é resultado de pesquisa acadêmica realizada no ano de 2012. Na imagem podemos verificar, como se deu a produção do tecido urbano de Jardim-MS, desde 1946 (fundação da Vila Jardim) até o ano de 2010.



Figura 12- Mapa da história de ocupação (loteamentos implantados) no perímetro urbano de Jardim-MS (1946-2010). Em realce o Bairro Santa Luzia.

Fonte: GOMES, 2012.

Adaptado por: GOMES, 2013.

Podemos observar na figura 12 que a área destacada até 1946, se refere à Vila Jardim (primeiro loteamento) onde hoje é o centro comercial da cidade. Na década seguinte (período até 1959) houve um grande aumento do perímetro urbano. Nas décadas de 60 e 70 houve pouca implantação de loteamentos, mantendo-se praticamente o mesmo tamanho do núcleo urbano. Somente na década de 80, é que houve um grande aumento do tecido urbano, foram implantados vários loteamentos inclusive o bairro Santa Luzia.

A instalação de loteamentos foi favorecida pela demanda por terrenos, por parte da população vinda do campo, e também pela ausência de uma política urbanista que dificultasse a sua implementação. Deste modo, a cidade cresceu consideravelmente durante a década de 1980, sendo que alguns loteamentos foram produzidos desconexos do tecido urbano, favorecendo a valorização das terras ao entorno, e distanciando as pessoas de menor poder aquisitivo dos serviços de consumo coletivo, como postos de saúde, creches, escolas, serviços administrativos. (GOMES, 2012, p.87)

O loteamento denominado Santa Luzia corresponde a uma área de 112.355,00 m², produto do ajuntamento das chácaras nº 11 e 13 da planta particular de divisão de parte das terras no lugar chamado Cachoeirinha, localizado na zona urbana da cidade de Jardim-MS, sendo que a chácara 11 corresponde a 44.875,00 m² e a chácara 13 a área de 67.480 m², limitando-se ao norte e o sul com a chácara 14, e onde era chácara 12 (cerca de 15.925,00 m²) já havia o cemitério da cidade desde a década de 50. Essas chácaras pertenciam ao senhor Oswaldo Fernandes Monteiro, que na data de 11 de Janeiro de 1982 elaborou o loteamento das chácaras 11 e 13 sendo composto por 114 lotes no total de 6 quadras que foram postos a venda, ao público em geral, pela imobiliária Miragem, para fins exclusivamente residencial, esses terrenos foram vendidos mediante pagamento de parcelas.

O bairro Santa Luzia está localizado na saída para Porto Murtinho, próximo a BR 267, contando já, com 31 anos de existência. Mesmo após três décadas de existência, levando-se consideração que sua criação se deu na periferia da cidade, implantada de forma desconexa do tecido urbano, o bairro ainda possui muitas chácaras em seu entorno. Foi, portanto, um empreendimento produzido de maneira a atender uma parcela da população com menor poder aquisitivo (aqueles que migravam para a cidade), pois se localizava longe, e como se argumentou, ainda localiza-se afastado, dos locais onde se concentram as infraestruturas urbanas. (Veja Figura 18 – Mapa da infraestrutura urbana de Jardim-MS, p.72)

Na pesquisa de campo, os moradores do bairro relataram que quando chegaram ao bairro, não havia nenhuma infraestrutura, não tinha rua, só havia “picadas”², não tinha água

² Pequenas vias estreitas, por onde circulam pessoas a pé ou a cavalo.

encanada, a energia elétrica demorou mais de três meses para ser instalada, não havia escola, só tinha “mato”, quando eles chegaram ao bairro construíram primeiramente barracos de lona, morando nesses abrigos por muito tempo. Os moradores relataram ainda, que eles pegavam água no córrego que hoje separa o bairro Santa Luzia do Panorama (mostrado na Figura 4), e por muitas vezes pegaram água do poço que havia no cemitério; seus filhos estudavam na Escola Estadual Antônio Pinto Pereira. Segundo relatos dos moradores foi o prefeito da época, Fernando de Freitas (gestão de 1977-1982), quem implementou a abertura de ruas no bairro, pois ainda não existiam.

Baseado nos relatos dos moradores, podemos dizer que, a condição infraestrutura do local pouco mudou, a instalação da rede elétrica e iluminação pública foram feitas, assim como rede de água, as ruas foram alargadas, e uma escola foi instalada na localidade, ações referentes ao Poder Público Municipal, que se limitou a implantar estes aparatos no bairro. Para entendermos a realidade presente, as dificuldades dos moradores da localidade, sua relação com o espaço por meio de suas condições materiais, apresentaremos uma análise socioeconômica do bairro.

4.1. Diagnóstico socioeconômico do bairro Santa Luzia

Para afirmarmos/comprovarmos nossas argumentações, quanto à produção desigual do espaço, das periferias onde moram os que detêm uma menor condição de renda, da carência dos serviços nestas porções da cidade, e a relação que os habitantes têm com o espaço urbano de Jardim-MS a partir do bairro Santa Luzia, aplicamos um questionário socioeconômico aos moradores da localidade nos dias 02, 04, 07, 08 e 09 de outubro de 2013. No bairro identificamos 48 terrenos vazios e 66 casas, dessas, nove se encontravam na condição de desabitadas. Assim, das 57 habitações que nos restaram, tivemos êxito de pesquisa em 45 casas, pois em 12 domicílios não encontramos moradores. Portanto, nossa pesquisa abrangeu um público de 45 pessoas (representantes de família) que moram no bairro Santa Luzia.

O questionário aplicado se deu a partir da estruturação de 20 questões (Ver em apêndice), visando identificar o perfil dos moradores e assim compreender os processos histórico-geográficos que caracterizam essa porção do espaço urbano de Jardim. Alguns questionamentos serão apresentados, a seguir, na forma de gráfico (onde o total, ou seja, 100% equivalem as 45 entrevistas realizadas), outros no corpo do texto, pois se encaixam de maneira mais adequada.

Primeiramente, convém apontar os dados referentes ao local de moradia anterior ao bairro Santa Luzia: dos 45 entrevistados, 21 moravam em fazendas, 07 relataram que residiam em fazendas do próprio município de Jardim, 08 no município de Porto Murтинho, 04 no município de Bela Vista, 01 no município de Bonito e 01 em Nioaque. São, portanto, migrações do campo (de Jardim e seu entorno) para a cidade, tendo como causas já conceituadas, a modernização do campo, créditos para os médios e grandes proprietários, e a esperança de uma vida melhor na cidade. Dos entrevistados que residiam na zona urbana: 4 declararam que moravam em Guia Lopes da Laguna, 1 em Campo Grande, 2 em Bonito, 1 em Sidrolândia, e 1 em Aquidauana. No âmbito da cidade de Jardim: 3 entrevistados moravam na Vila Angélica, 4 na Vila Camisão, 2 na COHAB aeroporto, 4 na Vila Santa Tereza e apenas 2 entrevistado residiram no bairro desde que nasceram.

Quanto a naturalidade dos moradores, 4 entrevistados responderam ter nascido em Bela Vista, 5 em Bonito, 3 em Ponta Porã, 9 em Porto-Murтинho, 2 em Dourados, 1 em Caracol, Eldorado e 1 Sidrolândia, 12 entrevistados nasceram em Jardim e 6 entrevistados nasceram em outros Estados, 3 em São Paulo, 1 em Santa Catarina e 1 no Paraná. São indivíduos ascendentes de localidades variadas, que dividem um espaço em comum, o bairro Santa Luzia. Alguns, vivem nesta porção da cidade de há pouco tempo (menos de 1 ano), outros, ali estão estabelecidos, desde o loteamento que daria forma ao bairro (31 anos), veja a Figura 13:

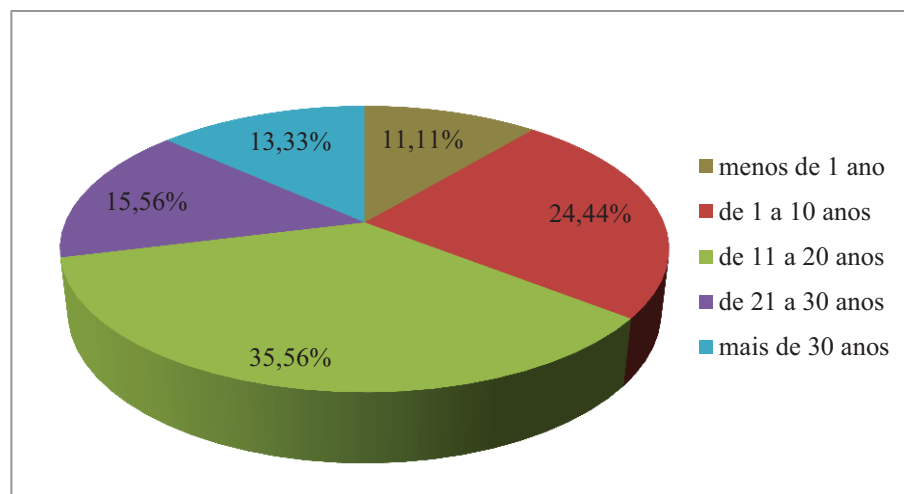


Gráfico 13 – Gráfico demonstrando tempo de moradia no bairro.
 Fonte: GOMES, E, V. Pesquisa de Campo, 2013.
 Org: GOMES, 2013.

Percebemos pelo gráfico 13 que 35,56% dos entrevistados declaram morar no bairro há mais de 10 anos, o que corresponde a 29 pessoas (representando 29 famílias). Desse

público, 6 entrevistados moram no bairro desde seu loteamento em 1982, ou seja, 31 anos. Este público, estabelecido há mais tempo (acima de 10 anos), corresponde a maior parte dos que declararam gostar de morar no bairro Santa Luzia (Figura 14), são, portanto, aqueles que desenvolveram uma relação de vivência no espaço, criando laços afetivos com o mesmo, estabelecendo uma identidade com seu local de moradia, produzindo o lugar³.

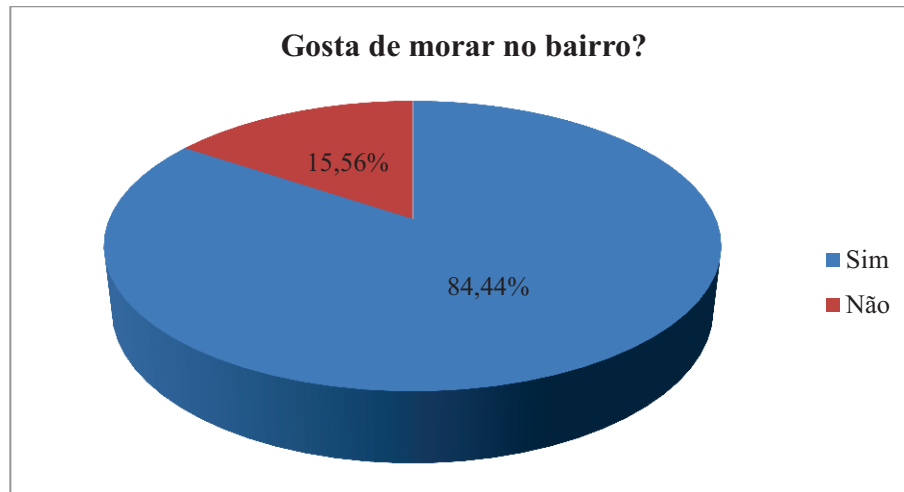


Figura 14– Gráfico demonstrando se gostam de morar no bairro.
 Fonte: GOMES, E, V. Pesquisa de Campo, 2013.
 Org: GOMES, 2013.

Como podemos identificar no gráfico, a grande maioria, 84,44% dos entrevistados responderam “Sim” e apenas 15,56% responderam “Não”. Os entrevistados que responderam “Sim” justificaram que acostumaram morar no bairro, que o lugar é tranquilo; a escolha da localidade se deu em razão de suas condições econômicas, sendo um dos poucos locais acessíveis com dinheiro que possuíam; os entrevistados de mais idade acham ainda, o bairro tranquilo apresentando características de chácara, pelo fato de muitos deles serem oriundos do campo, se identificaram com o local. Os entrevistados que responderam “Não”, alegaram que o bairro é muito longe do centro e falta infraestrutura.

Quando foi perguntado por que moram no bairro? 11 entrevistados responderam que o aluguel é mais barato (o preço do aluguel em média de R\$ 120,00 reais) e os outros 34 entrevistados de casa própria justificaram que o preço do terreno ou imóvel é mais acessível. A distância do centro da cidade, ou de outras áreas valorizadas, o padrão das casas do bairro onde se concentram os de menor poder aquisitivo, a carência de serviços de uso coletivo

³ Um dos conceitos-chave da Geografia, o lugar, como porção do espaço na qual o indivíduo estabelece uma “prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas que criam laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante - lugar.” (CARLOS, 2007, p.44)

público (creche, posto de saúde) e/ou privado (mercados, loja), a falta de infraestrutura como asfalto, esgoto, calçadas, entre outros, nos auxiliam na compreensão do porquê o preço do imóvel no bairro é mais acessível. Desse modo, dos 34 entrevistados que tem casa própria, 18 entrevistados adquiriram o lote vazio e 15 compraram a casa construída, os entrevistados que adquiriram o lote vazio pagaram em média de R\$ 500,00 a R\$ 4.000,00 pelo terreno, e os que adquiriram a casa pronta pagaram na faixa de R\$ 3.000,00 a R\$ 12.000,00. Foi perguntado aos entrevistados de casa própria quanto ao pagamento de IPTU, os valores fornecidos variaram entre R\$ 50,00 a R\$ 80,00 por ano.

Mesmo a maior parte dos entrevistados declarando que gostam de morar no bairro Santa Luzia, é patente a falta de infraestrutura na localidade, o que fez com que 29 indivíduos respondessem “Sim” quando lhes perguntamos “se gostariam de morar em outros bairros da cidade de Jardim/MS?”. Para esta parcela dos entrevistados, morar em outros bairros da cidade seria mais conveniente, com melhor infraestrutura, como Vila Angélica, Vila Camisão, Vila Brasil e COHAB Aeroporto, mas são impedidos por suas condições financeiras, que mal mantém sua reprodução social, quem dera adquirir um imóvel valorizado. Outros 16 entrevistados disseram que “Não” gostariam de morar em outro bairro, justificando que gostam do bairro, porque ali mora a família⁴, outros justificaram que criaram os filhos nessa localidade, desenvolvendo um apego ao lugar, principalmente os entrevistados de mais idade.

Investigou-se também o estado civil dos 45 entrevistados, 20 disseram ter relacionamento de união estável (ou amigado), 5 declararam serem casados, 8 solteiros, 11 viúvos, e 1 divorciado. Quanto ao responsável pelo sustento da família, dos 25 pessoas entrevistadas (que se diziam casadas), 15 disseram ser o esposo responsável pelo sustento da casa e 10 alegaram ser o casal responsável pelo sustento da casa, já os solteiros, viúvos e divorciados disseram se auto-sustentar.

Foi verificado também durante aplicação do questionário, a profissão dos entrevistados responsáveis pelo sustento da família, dos 45 entrevistados, 5 são diaristas, 8 serviços gerais, 8 domésticas, 3 campeiros, 2 pintores, 1 eletricista, 15 são aposentados, e 3 são pensionista do sexo feminino que recebem pensão pela morte do marido. Deste público, se subtrairmos os que recebem aposentadoria, ficamos apenas com indivíduos que apresentam uma renda não fixa, dependentes da oferta de serviços, ou de pequenos bicos. Assim, como habitar outros locais mais favorecidos da cidade, mesmo em conjuntos habitacionais, onde o morador deve pagar parcelas fixas ao banco, se sua renda é incerta?

⁴ Durante a aplicação do questionário socioeconômico, foi constatado que a maioria dos entrevistados tinha grau de parentesco.

Desse modo, foi levantada a renda familiar dos entrevistados, verificou-se que a maioria sobrevive com apenas um salário mínimo, grande parte, aposentados e pensionista, muitos entrevistados, como já exposto, não têm emprego fixo vivendo de bicos, uma renda incerta. Nos casos que a renda passa de dois salários mínimos é porque o casal trabalha. Podemos identificar no gráfico abaixo a renda mensal por domicílio.

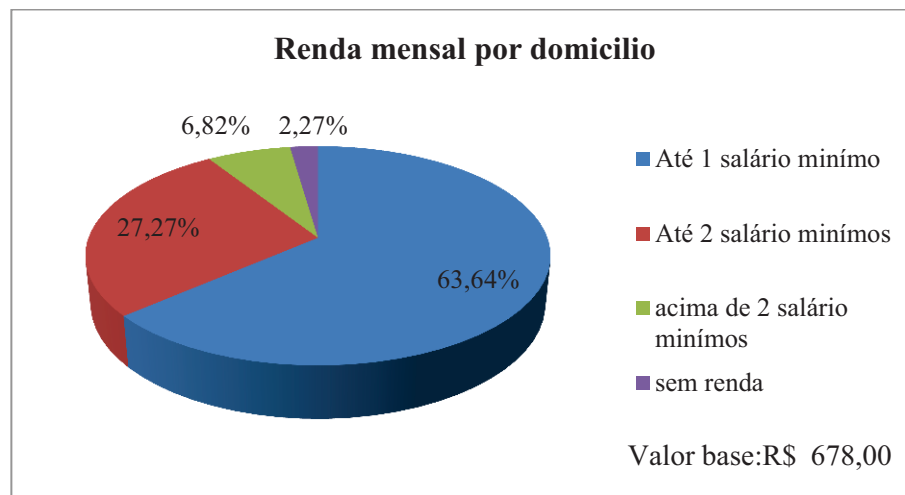


Figura 15 – Gráfico demonstrando a renda por domicílio.

Fonte: GOMES, E, V. Pesquisa de Campo, 2013.

Org: GOMES, 2013.

Dos 45 domicílios, 29 têm a renda mensal de apenas um salário mínimo, 12 domicílios têm a renda até dois salários mínimos, 3 domicílios têm a renda mensal acima de dois salários mínimos, e um domicílio não tem renda atualmente, vive da ajuda de outras pessoas. Dos 45 domicílios entrevistados, 18 famílias fazem parte do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, os valores variam entre R\$ 60,00 a R\$ 200,00 por mês. Logicamente, que estas 18 famílias não vivem apenas do auxílio do Estado, pois, por mais que haja apenas um morador na residência, como adquirir todos os bens necessários para sua existência com R\$ 200,00? Elaboram, desse modo, com os referidos bicos sua renda mensal.

A pesquisa também verificou o nível de escolaridade dos entrevistados por domicílio. Assim o número que compõem o gráfico 16 levou em consideração todos os adultos da residência, totalizando 73 indivíduos.

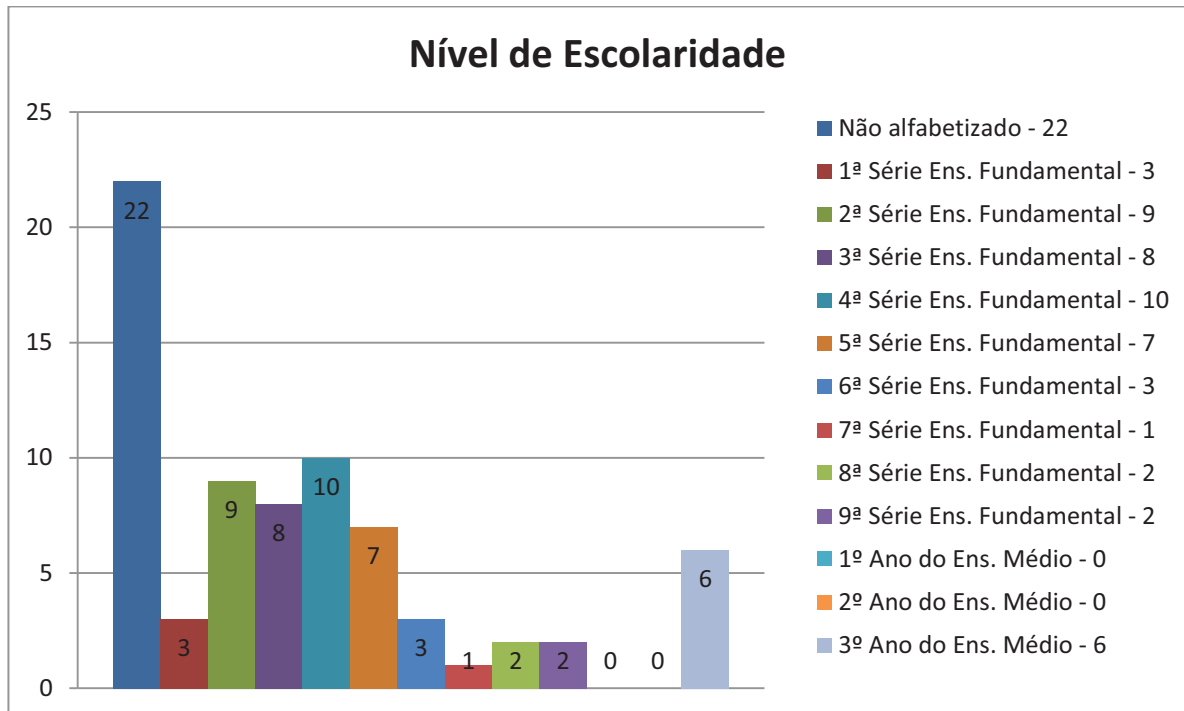


Figura 16 – Gráfico demonstrando o nível de escolaridade.

Fonte: GOMES, E, V. Pesquisa de Campo, 2013.

Org: GOMES, 2013.

Dos 45 domicílios ficou constatado, que 22 pessoas são analfabetas, 3 estudaram a 1ª primeira série, 9 estudaram até a 2ª série, 8 estudaram até a 3ª série, 10 estudaram até a 4ª série, 7 estudaram até a 5ª série, 3 estudaram até a 6ª série, 1 estudou até a 7ª série, 2 estudaram até a 8ª série, 2 estudaram até a 9ª série, 6 pessoas concluíram ou estudam o 3º ano do Ensino Médio.

Foi perguntado aos entrevistados se encontravam todos os serviços necessários no bairro, como educação, saúde, comércio, meios de transporte, e para quais localidades eles deslocam para conseguir os que não dispõem no bairro. Dos 45 entrevistados 44 responderam que “Não” e apenas 1 entrevistado disse que “Sim”, os entrevistados que disseram “Não”, procuram posto de saúde no bairro Parque das Araras; sobre a educação, a única escola do bairro Bernardino Machado oferece até a 4ª série, os outros alunos se deslocam para outros bairros, a saber: Vila Seac onde se encontra a escola municipal Chaquib Kadri, Vila Angélica onde localiza-se a escola municipal Oswaldo Fernandes Monteiro, e a escola estadual Coronel Rufino, e também buscam a escola estadual Coronel Juvêncio, no centro da cidade. Em relação aos mercados, os entrevistados se deslocam para Vila Angélica e Vila Camisão, já para outros serviços como banco, lojas, hospital, procuram no centro da cidade. Não há meio de transporte coletivo no bairro, sendo assim foi questionado qual o meio de transporte utilizado para se deslocar para esses outros bairros.

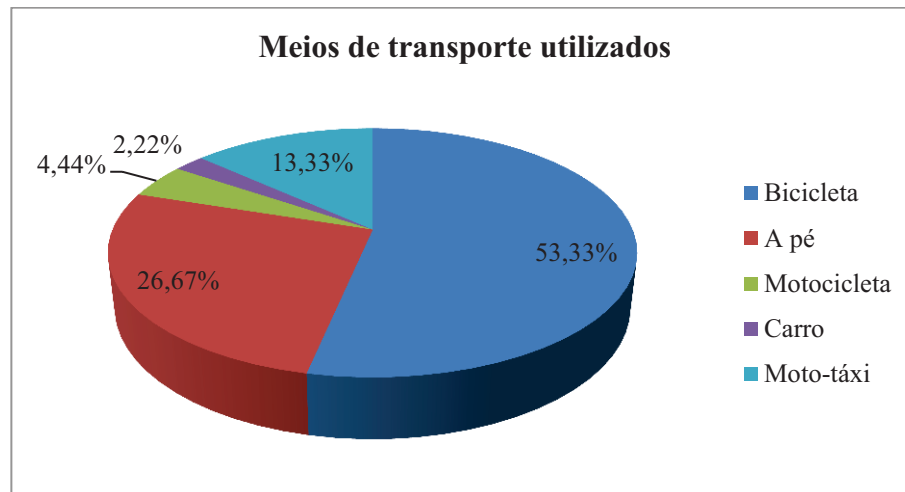


Figura 17– Gráfico demonstrando meios de transportes utilizados.
 Fonte: GOMES, E, V. Pesquisa de Campo, 2013.
 Org: GOMES, 2013.

Dos 45 entrevistados, 24 utilizam a bicicleta como meio de transporte, 12 disseram andar a pé, 2 têm como meio de transporte a motocicleta própria, 1 tem como meio de transporte carro próprio e 6 entrevistados utilizam como meio de transporte o serviço de moto-táxi. Logicamente, não se utilizam somente de um meio de transporte, mas com frequência maior os meios apontados acima para deslocarem-se as áreas servidas de infraestrutura da cidade.

Gostaríamos de enfatizar e elucidar (Figura 18) que o bairro Santa Luzia é carente em infraestrutura e os moradores têm que se deslocar para outros bairros da cidade a procura de serviços básicos seja esses públicos ou privados, como posto de saúde, escolas, creches, serviços administrativos, comércios, bancos, entre outros.

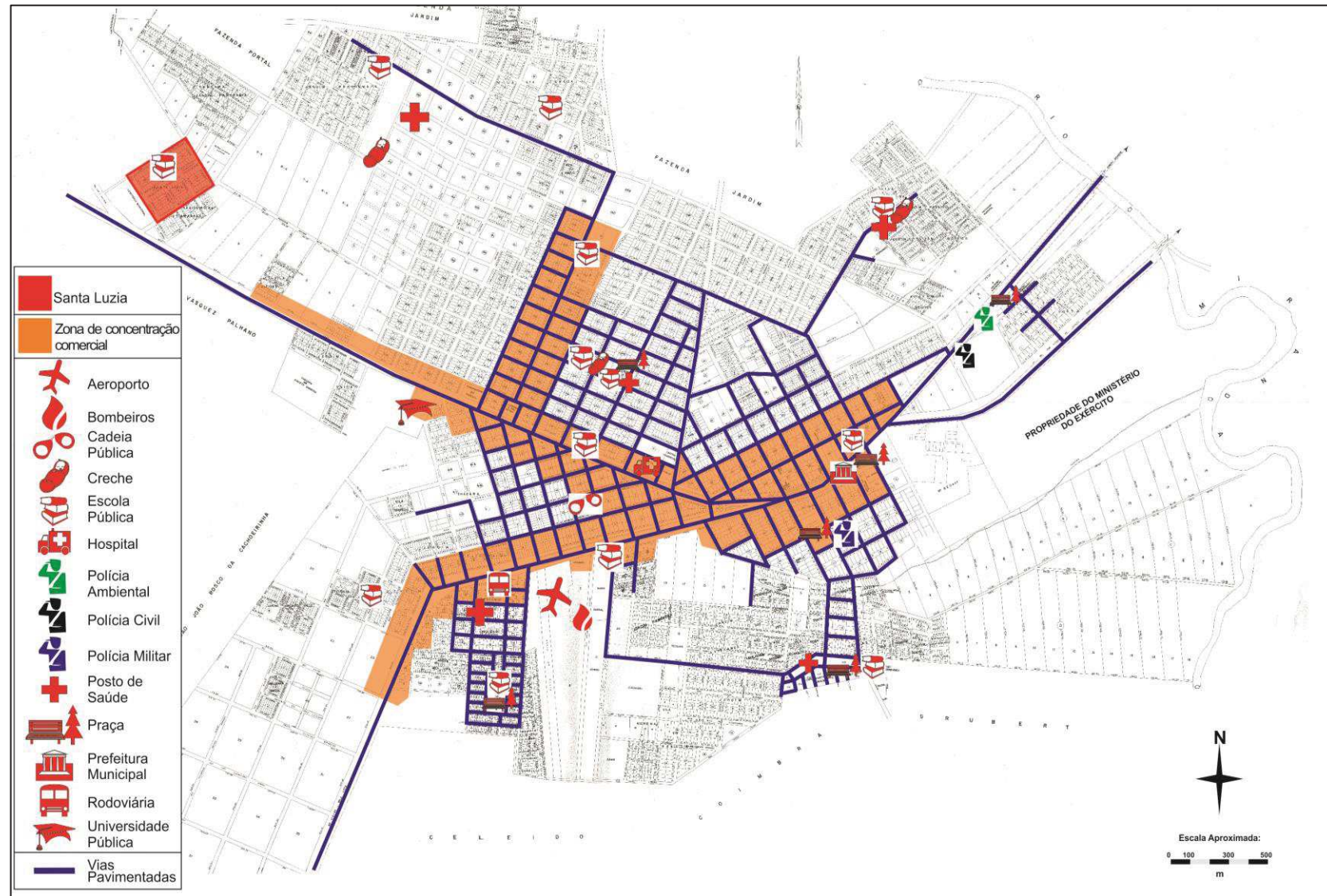


Figura 18- Mapa da infraestrutura no espaço urbano de Jardim-MS.

Org: GOMES, 2013.

Podemos observar na Figura 18 (elaborado com base em pesquisa de campo), que traz um mapa da infraestrutura do espaço urbano de Jardim/MS e a localização do bairro Santa Luzia, como estão distribuídos os comércios, postos de saúde, escolas, áreas de lazer, serviços públicos, e a zona de concentração comercial da cidade. Podemos notar que o bairro Santa Luzia está longe desses serviços. É importante dizer, que a falta de infraestrutura não é um problema só do bairro em questão, basta dar uma olhada para as periferias na Figura 18, onde se mostram ausentes estes serviços em outras partes da cidade.

Ainda com relação à infraestrutura urbana, o final do questionário, aplicado aos moradores do bairro Santa Luzia, continha uma última pergunta relativa às quais são as maiores dificuldades/problemas existentes no bairro que precisam ser melhorados, as respostas diziam respeito à falta infraestrutura, como asfalto, mercado, posto de saúde. Um problema corrente, uma vez que, parte dos moradores é composta por idosos⁵ que tem que se deslocar para outros bairros distantes a procura de atendimento médico, por exemplo.

Cabe, para finalizar, ressaltar alguns pontos que consideramos de maior importância em nossa análise. Durante a aplicação do questionário, foi observado que os moradores do bairro padecem pela falta de infraestrutura, sendo este um dos principais problemas da localidade, comprovando nossas argumentações quanto a periferia que é deixada de lado pelo Poder Público, que volta suas ações para outros segmentos da cidade. Sendo a localização do bairro distante de outras áreas servidas de infraestrutura, muitos entrevistados têm como meio de locomoção a bicicleta, para aqueles que andam a pé, quando sobra dinheiro pagam pelo transporte (moto-táxi).

Quando foi perguntado aos moradores se gostam de residir no bairro, a maioria disse que sim, mas quando perguntado se gostariam de morar em outro bairro da cidade, grande parte disse também que sim, que gostariam de morar em outras localidades e os bairros mais escolhidos foram Vila Angélica e a Vila Camisão. A maioria dos entrevistados é oriunda do campo, quando vieram morar na cidade, não tiveram alternativas, a não ser morar no bairro pelo preço do terreno ou pelo preço do imóvel mais acessível. Percebe-se pelo perfil econômico dos entrevistados, que muitos sobrevivem apenas com um salário mínimo e grande parte dos entrevistados são analfabetos ou estudaram muito pouco, ou seja, analisando o perfil socioeconômico do bairro percebe-se um caso de segregação urbana e também social, nas condições materiais de existência e acesso aos espaços da cidade.

⁵ Quanto à faixa etária dos moradores, 11 entrevistados têm entre 18 a 30 anos, 16 entrevistados tem a faixa etária de 31 a 59 anos, e 18 entrevistados têm entre 60 a 90 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade se faz enquanto meio de consumo porque é nela o local de moradia onde é realizado todo dia o mesmo percurso casa-trabalho, casa-escola, casa-compras, casa-lazer, etc. O consumo se faz por meio da troca, ou seja, da habitação, transporte, infraestrutura, saúde, escolas, mercado, áreas de lazer, esses bens de consumo é um meio satisfatório para as necessidades humanas.

O processo de produção da cidade e a sua apropriação do espaço para fins de uso, no capitalismo será legitimado pela propriedade privada, o direito a terra está vinculado ao preço e seu uso será determinado pelas necessidades da reprodução do capital. Carlos (2011, p.80) afirma que “O uso do solo urbano dá-se, pois, mediante disputa determinada quer pela necessidade do uso- e mesmo expansão de certos tipos de uso -, como pela utilização da terra como reserva de valor [...]”, o uso do solo urbano será disputado por várias partes da sociedade de forma diferenciada entre aqueles que detêm maior poder aquisitivo e os de menor poder aquisitivo.

A cidade expande-se horizontalmente em razão da demanda por lotes urbanos ou mesmo pela especulação imobiliária que incorporam glebas, chácaras no tecido urbano, conseqüentemente negociam os terrenos, mas antes da venda desses lotes há por detrás o jogo de interesses dos proprietários de terras que irão projetar aprovar e implantar o loteamento.

A localização desses loteamentos vai influenciar nos preços, terrenos bem localizados e servidos de infraestrutura terão um alto valor no mercado imobiliário e os terrenos distantes do centro onde há ausência ou nenhuma infraestrutura terão baixo valor, na maioria das vezes esses terrenos não vigora a especulação imobiliária.

Cada grupo social independente da condição financeira paga pela residência que ocupa, mas quando se refere ao tipo de construção e a localização dessas residências ambas terão características diferenciadas. A produção da habitação trata-se de uma mercadoria devido ao valor de uso e valor de troca, o que faz com a habitação se torne uma mercadoria é porque ela está sujeita aos mecanismos de mercado, conseqüentemente impedindo uma parcela ponderável da maior parte da população a terem acesso.

O local de onde morar está relacionado na diferença espacial da localidade das residências, vistas em termos de conforto e qualidade do lugar. A qualidade do lugar vincula-se ao preço, para aqueles que têm renda esperada, ou seja, os terrenos de maior valor serão usados para construção de casas de alto padrão, os terrenos com menor valor, com pior

localização serão utilizados na construção de casas inferiores residida pelos que dispõem de menor renda.

Quem produz a segregação é o Estado por meio de financiamento da casa própria ou da construção de casas habitacionais, a segregação também é fruto a classe dominante que atua por meio da “[...] auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar [...]”. (CORRÊA, 2004, p.64). A segregação é expressa pela classe dominante se faz através de bairros admiráveis, condomínios particulares bem servidos de infraestrutura com muros, sistema de segurança, guarda para fazer a proteção do local, área de lazer e serviços exclusivos.

Corrêa (2004) afirma que a periferia da cidade é o local da população de baixo poder aquisitivo, ou seja, o lócus de correntes migratórias da zona rural ou de outras pequenas cidades, conseqüentemente esse processo migratório expande o espaço urbano ao longo da periferia sem amenidades.

Diante dessa análise, observa-se que o aumento da malha urbana de Jardim ocorreu na década de 80, devido as grandes correntes migratórias oriundas da zona rural, foi quando houve a implantação da maioria dos conjuntos habitacionais e conseqüentemente o surgimento de vários loteamentos periféricos, inclusive o loteamento do Bairro Santa Luzia.

Uma das hipóteses para esse fluxo migratório em Jardim é a enchente ocorrida no município de Porto Murtinho-MS na década de 80, muitos moradores ficaram desabrigados e outros desalojados, com isso buscaram refúgio em Jardim. Outra hipótese levantada por Gomes (2012) é de que com a mecanização no campo, muitos trabalhadores perderam seus empregos, sendo assim obrigados a se transferir para a cidade, isto é, em decorrência de várias políticas de subsídios destinadas aos médios e aos grandes proprietários rurais houve a modernização do campo, com isso o pequeno proprietário rural não teve outra opção há não ser migrar para a cidade.

Portanto o aumento da malha urbana de Jardim foi provocado em grande parte pela demanda populacional vinda do campo, guiada principalmente pela lógica do mercado de terras, ocasionando assim um aumento desordenado do tamanho do tecido urbano.

Com pouco dinheiro para adquirir um terreno bem localizado, e sem ser contemplada com casas em conjuntos habitacionais, restou para a maioria da população com menor poder aquisitivo buscar imóveis mais distantes do centro, como é o caso do loteamento do Bairro Santa Luzia.

Tal loteamento se configurou de forma desigual, os terrenos na época eram baratos e vendidos por meio de prestações pela imobiliária, os moradores quando adquiriram o lote deram a primeira entrada e em seguida construíram barracos de “lona”, pois tinham pouco dinheiro para a construção de uma casa de alvenaria, segundo relatos de moradores, o bairro não contava com nenhuma infraestrutura, só “mato” não havia rede de energia e tampouco rede de água potável, com isso era preciso pegar água em um poço localizado no cemitério, a instalação dos serviços básicos só ocorreu após três meses da implantação.

É possível observar no Bairro Santa Luzia, um caso de segregação tanto urbana como social, ou seja, a segregação urbana devido a organização do espaço em zonas de forte homogeneidade, habitado pela população de baixo status e segregação social pelo local de moradia com insuficiência ou a ausência de infraestrutura.

O estudo sobre o Bairro Santa Luzia partiu pelo interesse de entender porque o local possui casas e terrenos tão baratos, porém não vigora a especulação imobiliária, não há valorização das casas e nem dos lotes. Inicialmente pensava-se que a desvalorização do bairro estaria vinculada ao cemitério, ou seja, o cemitério desvalorizava o lugar.

Para essa análise foi utilizado questionário socioeconômico para identificar tanto perfil econômico de seus moradores como também analisar a questão social, compreender como se deu a estrutura urbana do local e os motivos que levaram esses moradores a viverem nesta localidade.

No que tange aos motivos pela escolha do bairro, observou-se que o preço acessível levou os moradores com menor poder aquisitivo a constituir suas moradias naquela localidade, de fato a grande maioria não têm condições financeiras de pagar aluguel ou adquirir um imóvel melhor localizado.

A possibilidade de acesso a moradia vincula-se ao nível salarial, tendo em vista que 63,64% dos moradores do Bairro Santa Luzia sobrevive com apenas um salário mínimo, isto é, as famílias recebem um valor insuficiente até mesmo para promover uma alimentação adequada, quanto mais para ter acesso a uma moradia em lugares com boa infraestrutura.

Com base no questionário aplicado, averiguamos que 84,44% dos entrevistados gostam de morar no bairro, quando questionado sobre os motivos que levaram a morar no bairro, os entrevistados responderam que “foi o lugar que deu pra comprar”. Apesar de gostarem de morar no bairro, grande parte dos entrevistados afirmou que se tivessem condições financeiras gostariam de morar em outros bairros com melhor localização e bem servidos de infraestrutura, porém há moradores que não querem sair do bairro devido ao apego pelo lugar principalmente os moradores de mais idade.

Após o diagnóstico socioeconômico, foi possível perceber que a desvalorização do bairro não está veiculada com a localização próxima ao cemitério e sim pela distância do bairro de outros bairros bem servidos de infraestrutura como o Centro da cidade, Vila Angélica e a Vila Camisão. O cemitério não impede a valorização logo que há outros bairros na cidade na mesma situação do Bairro Santa Luzia, onde a valorização não também vigora, o fato é que nesses bairros periféricos da cidade não há infraestrutura e se encontra muito distantes das zonas privilegiadas.

Além disso, constatamos também que não há interesse dos agentes sociais, principalmente os (proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e, sobretudo do Estado), neste caso o poder municipal, em investir em infraestrutura nessas localidades, logo que tais investimentos valorizam a terra, e a pressão dos agentes sociais é valorizar outras áreas onde se concentra os mais importantes (Classe dominante).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. Ocupação e Consolidação do Centro-Oeste Brasileiro: o espaço Mato-Grossense e a integração nacional. In: _____ . **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense, contexto, propósitos e contradições**. São Paulo, 2001. Cap. 2, p.45-74. (Tese de Doutorado) - FFLCH/USP.

ALMEIDA, Márcia Ajala. **Política de Desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente, 2005. (Tese de Doutorado). FCT/UNESP, Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_MARCIA_AIALA_ALMEIDA.pdf>. Acessado em 12/09/13.

AZEVEDO, Hebert Guilherme de. **Conceituações sobre o Bairro no Campo Geográfico: quatro visões Teóricas**. In: XII simpósio nacional de geografia urbana. Rio de Janeiro, 2011, p.01-10. Disponível em: <xiisimpurb2011.com.br/gt11/>. Acessado em 15/09/2012.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. Fidel Castro, a revolução cubana e a América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 82, março de 2008. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/082/82bandeira.htm>> Acessado em: 13/09/2013.

BRAUN, Nilce Maria. **A estrutura fundiária Brasileira: uma abordagem sobre as desigualdades**. In: II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, UNIOESTE- Campus de Cascavel. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco01.pdf>> Acessado em 06/11/13.

BEZERRA, Josué Alencar. Como definir um bairro? Uma breve revisão. In: **Geotemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/118/109>. Acessado em: 13/10/2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. 92 p.

_____. Definir Lugar? In: _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Cap. I, p.14-20.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas-Apontamentos Preliminares**. Rev.GEOMAE, Campo Mourão, 2010, p.25-56.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 2, p. 41-51.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. In: **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72

_____. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004, 94 p.

CORRÊA, Vanesca Cabral. **Quanto mais próximos mais distantes. A Segregação urbana na Grande Florianópolis no município de São José: O caso Vila Dane e Bosque das mansões**. Florianópolis, 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso) - CCE/FAED/UEDESC. Disponível em:

<<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/0000000000002/000002DB.pdf>> Acessado em: 20/06/13.

DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. **Revista Espaço e Debates**, n. 13, p. 12-29, 1984.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MAT GROSSO DO SUL.

GOMES, Igor Ronyel Paredes. **O processo de produção dos vazios urbanos na cidade de Jardim-MS**. Jardim, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso) – UEMS.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010, p.49-73.

GOLDSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Depto. de Geografia**. São Paulo: USP/ FFLCH, 1980, n.º 1, p. 21-47.

GONÇALVES, Antônio Custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, vol. IV, Porto, 1988, p. 15-31. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf>>. Acessado em: 25/10/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 22/09/2013.

JARDIM. **Plano Diretor Participativo: Produto 3, Relatório dos eixos estratégicos, temas prioritários, propostas de zoneamento e instrumentos de estatuto**, 2012. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/>. Acesso em: 30/04/ 2012.

_____. **Plano Diretor Participativo: Produto 2, Relatório da leitura da realidade do município**, 2011. Disponível em: <http://www.vadesign.com.br/plano_diretor/>. Acesso em: 10/05/ 2011.

LIMA, Rita Carmem Braga. **Jardim a história de uma cidade**. Editora Linotype. Impresso pela gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006, p.107.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Campo Grande, 2009. Disponível em: < www.semec.ms.gov.br> Acessado em: 14/09/2013 as 13h00.

_____. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Campo Grande, 2011. Disponível em: < www.semec.ms.gov.br> Acessado em: 01/04/2006 as 01h23min.

MEDEIROS, Samuel Xavier. **Memórias de Jardim**. Impresso pela gráfica e editora Teassul Ltda. Campo Grade, 2002, p.134.

MOREIRA, Adriano. **Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494**. São Paulo, 1994, p.11-25. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1702/1/NeD70_AdrianoMoreira.pdf> Acessado em: 13/09/13.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Do meio natural ao meio técnico-científico informacional. In: _____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006. Cap. X, p.156-173.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Quando e como surgiram as primeiras cidades. In: _____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Cap. II, p.41-61.

SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini. **Cidade, Técnica e Indignação**. In: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Unioeste. Cascavel- PR, 2004. Disponível em: < www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/.../Artigo%2009.pd>. Acessado em 22/01/2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A urbanização no Brasil**. São Paulo: CENP, 1993.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 75 p.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 79 p.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: Seminário Exclusão Social, realizado na PUC/SP, em 1998. Disponível em: <www.seuvizinhoestrangeiro.ufba.br/twiki/pub/GEC/.../exclusao.pdf> Acessado em: 10/08/12.

TEIXEIRA, Marlene P. V.; MACHADO, Rosa Maria. **Conceito de Bairro**: unidade popular ou técnica? Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ: 1986. p. 66-71

ZORRAQUINO, Luis D. **O processo de Urbanização Brasileiro e a Formação de suas Metrôpoles**. Rio de Janeiro, 2005 – Departamento de História e Teoria FAU/UFRJ.

APÊNDICE

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
UNIDADE DE JARDIM – MS

Questionário socioeconômico

Nome do Entrevistado:.....Data: __/__/__

Sexo:.....idade.....telefone de contato.....

Naturalidade.....

Endereço:

1. Estado civil?

2. Há quanto tempo reside no bairro Santa Luzia?

**3. Antes de morar no bairro Santa Luzia, morava em que lugar? bairro/cidade/
estado/ país?**

4. Porque mora no bairro Santa Luzia?

5. Gosta de morar no bairro?

Sim () Não ()

Porque?

6. Qual é o modelo de residência?

() Própria () Alvenaria () Madeira Quanto pagou no imóvel?

() Alugada () Alvenaria () Madeira Quanto paga de aluguel?

() Emprestada () Alvenaria () Madeira

7. Se o imóvel é próprio, quando adquiriu?

Comprou com casa pronta ()

Comprou o terreno (vazio) ()

Paga IPTU? Sim () Não ()

Se sim quanto paga? O imposto cobrado é sobre a casa construída ou só terreno (lote)?

8. O proprietário (a) da casa construída ou do lote possui escritura?

Sim () Não () Porque?

9. Você gostaria de morar em outro bairro da cidade-Jardim?

Sim () Qual bairro?

Não ()

10. Você encontra todos os serviços (educação, saúde, comercio, meio de transporte) que necessita aqui no bairro? [sim/não] Se não, para qual bairro você se desloca?

11. Quantas pessoas residem na casa? Especificar.

12. Quem é o principal responsável pelo sustento da família (chefe de família)?

() O (a) próprio(a) entrevistado(a).

() Esposo(a)

() Pai

() Mãe

() Filho(a)

() Irmão(a)

() Outro(s) _____

13. Qual a profissão do responsável pelo sustento da família?

14. Quantas pessoas que hoje residem na casa estão empregadas?

Total de pessoas na casa Total trabalhando

15. Qual é a renda mensal da família hoje?

Até R\$ 680,00.

De R\$ 680,00 até R\$ 755,00.

De R\$ 755,00 até R\$ 1.020,00.

De R\$ 1.020,00 até R\$ 1.530,00.

Acima de R\$ 1.530,00

Não possui nenhuma renda – Vive de ajuda de outros

16. Recebe ajuda de Programa Social?

Sim () Qual benefício

Não ()

Se Sim, qual o valor ?

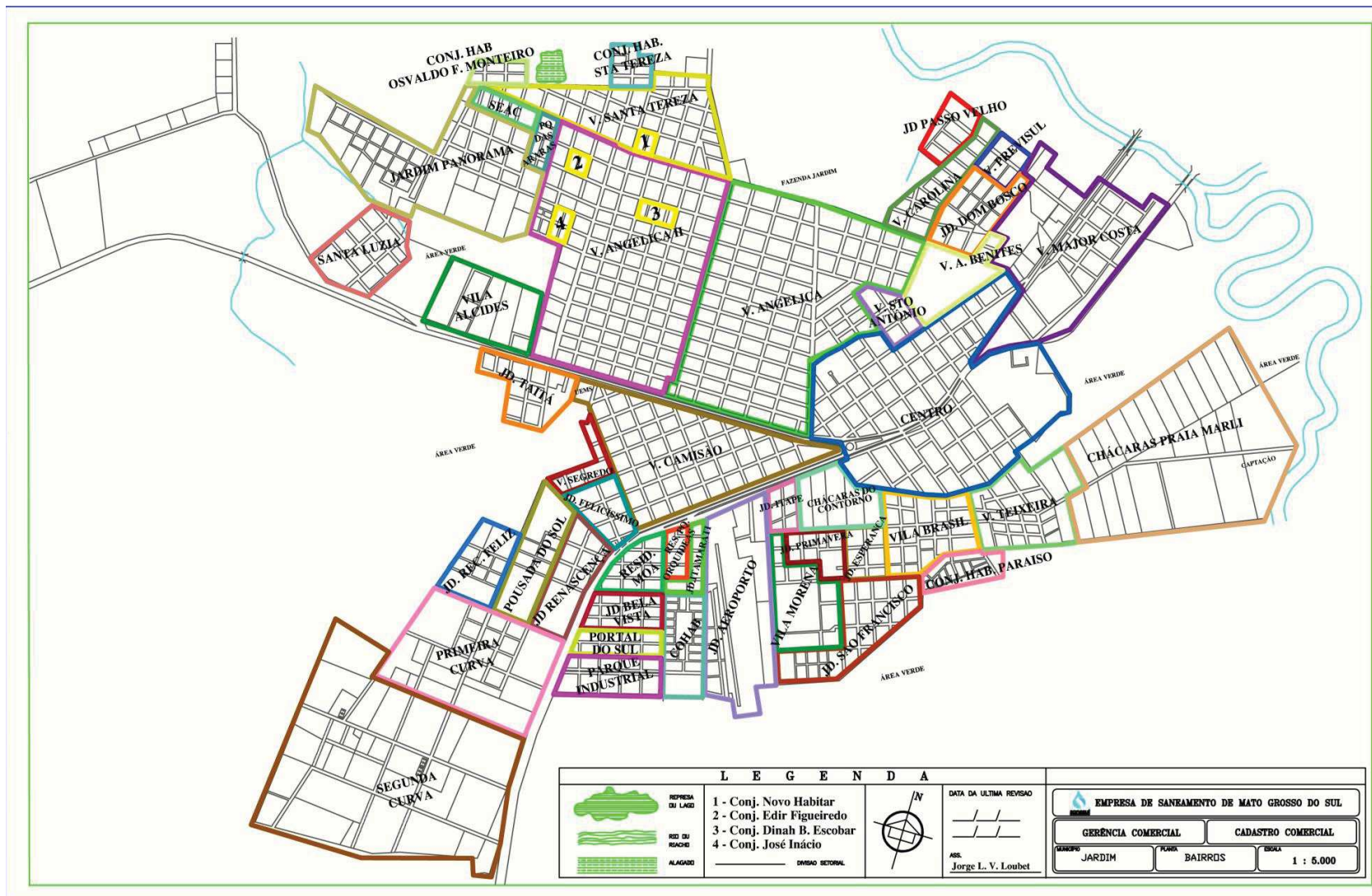
17. Qual é o seu nível de escolaridade? Serie?

18. Tem filhos em idade escolar? Sim () Não ()

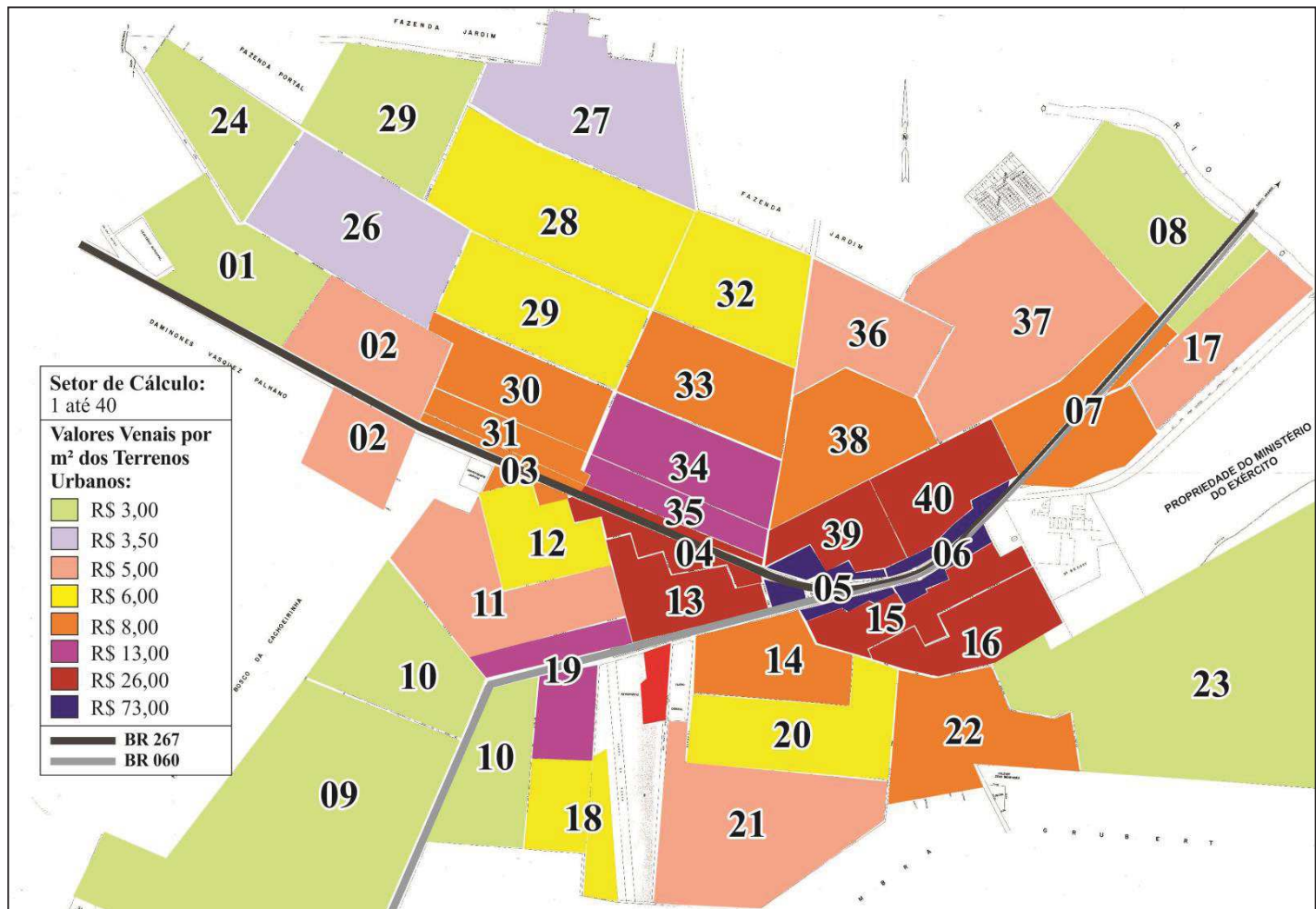
Escola municipal ou estadual? Serie em que estuda?

19. Qual é o meio de locomoção (transporte) utilizado?

20-Quais os maiores problemas existentes no bairro que precisam ser melhorados?



Planta Urbana da cidade de Jardim-MS, com a delimitação dos bairros.



Mapa dos valores venais do metro quadrado dos terrenos em Jardim-MS (Bairro Santa Luzia pertencente ao setor 01 do mapa)